

I Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

fredericvdbrio@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0614-8420>

II Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

av.werneck@ifcs.ufjf.br

<https://orcid.org/0000-0002-7529-7633>

Frédéric Vandenberghe^I
Alexandre Werneck^{II}

O HUMANO RECOLOCADO NA ATIVIDADE: UMA CONVERSA COM LAURENT THÉVENOT

Laurent Thévenot (nascido em 1947) é uma pessoa complexa, com muitas linhas de pensamento, muitas camadas e muitas gavetas. Formado na École Polytechnique, grande casa francesa das ciências técnicas voltadas para as carreiras do Estado, tem sólida formação em matemática e uma propensão para construir modelos complexos. Sua mente é tipológica, sensível ao senso comum, enquanto seu trabalho é predominantemente etnográfico. Seu coração está onde a ação ocorre – nas organizações, nos escritórios, no campo com seus alunos e colaboradores. Tecnicamente (e cronologicamente) falando, Thévenot é estatístico, economista e sociólogo. Seu nome é frequentemente associado ao de Luc Boltanski, com quem fundou, em 1984, ao lado ainda de Michael Pollak (morto em 1992), o hoje extinto Groupe de Sociologie Politique et Morale (GSPM) da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) (na qual ambos foram *directeurs de recherche* até suas aposentadorias), grupo que por três décadas foi o QG da chamada sociologia pragmática. Com Boltanski ele escreveu a obra já clássica *A justificação: sobre as economias da grandeza*. Publicado originalmente em 1987 sob o título *Les économies de la grandeur*, revisado e republicado em 1991 pela Gallimard, traduzido para o inglês em 2006 e para o português em 2020 pela Editora UFRJ – com um novo prefácio e tradução de um de nós (Werneck, 2020) –, o livro tornou-se a obra de referência daquela corrente. Como uma influente escola de pensamento que combina abstração conceitual com observações minuciosas de situações de disputa e argumentação, esse pragmatismo francês se globalizou. É amplamente reconhecido como uma inovação significativa na sociologia pós-bourdiesiana, reativando o legado da sociologia herdeira do pragmatismo

filosófico e contribuindo para a redescoberta de Charles Peirce, William James, John Dewey e George Herbert Mead – embora guarde com ele relações mais indiretas e de afinidades eletivas.

Talvez por conta de seu temperamento discreto – ao mesmo tempo que imensamente acolhedor –, as importantes contribuições individuais de Laurent Thévenot para diferentes campos na sociologia da quantificação, na economia das convenções e na teoria social não têm recebido, cremos, a devida atenção. Pois neste dossiê, que com este texto e este diálogo apresentamos, queremos destacar sua obra e o fazer por meio da reconstituição de sua trajetória intelectual, marcada, como veremos, pela hospitalidade, que afirma ter encontrado prodigamente no Brasil, mas que marca sua própria forma de atuar, de modo que também aproveitamos para agradecer por sua acolhida em Paris a diversos pesquisadores brasileiros que ele encontrou para discutir seus trabalhos – nós incluídos, alguns deles com textos no dossiê.

A conversa que se segue foi efetivada em uma série de trocas, por e-mail, videoconferência e pessoalmente, ao longo do segundo semestre de 2025. A pedido do entrevistado, e a fim de tornar a leitura mais orgânica, as perguntas foram editadas como tópicos, condensando uma série de questionamentos em itens conceituais revistos por ele. Nela, buscamos reconstituir seu percurso, dissecar sua modelização e refletir sobre sua já longa e estabelecida relação com Brasil, mostrando a potencialidade de sua poderosa sociologia.

Em seu trabalho, frequentemente em colaboração com outros pesquisadores, na França e no exterior, podemos distinguir três fases principais, com interesses e temas sobrepostos e passíveis de reaparecer em estágios posteriores. Como veremos, ao longo de todas as fases, uma sistemática é elaborada e uma arquitetura é construída. Não é fácil, contudo, reconstruir uma obra sinuosa de forma sistemática. Optamos, portanto, por uma reconstrução cronológica das diferentes linhas de pesquisa e temas que se entrelaçam em uma produção extensa (para formulações sintéticas, ver Thévenot (1995a, 2019b, 2025). Distinguimos, assim, três momentos em um movimento contínuo de modelização, conectando as especificidades da ação ordinária às abstrações da filosofia moral e política: (i) a sociologia da quantificação, da categorização e das convenções que culmina no modelo das economias da grandeza (EG); (ii) a sociologia pragmática dos momentos críticos e das disputas públicas; e, após a publicação de *A justificação*, (iii) a sociologia dos regimes de engajamento e a análise comparativa das gramáticas do comum.

Na primeira fase (décadas de 1970 e 1980), sob a influência de Pierre Bourdieu, Thévenot trabalhou com a sociologia da quantificação, da estatística, das equivalências e categorizações (Thévenot, 2016) no Institut National de la Statistique et des Études Économiques (Insee) – o equivalente francês do IBGE –, em cujos quadros também atuou como estatístico. Juntamente com Alain Desrosières, figura fundamental na nascente da história e da sociologia da quantificação, ele submeteu as estatísticas oficiais de categorias

socioprofissionais a uma análise reflexiva dos métodos de objetivação da vida social (Desrosières & Thévenot, 1979, 1988; Desrosières et al., 1983). Ao remover, como dizia Bourdieu, os óculos com que se vê para se inspecionar as estatísticas vistas, que justamente turvam a visão, ele transformou um “recurso” (os dados) em um “tópico” (um tema) de pesquisa. Isso mostra como as categorias e os números que supostamente registram a realidade cientificamente são um composto heterogêneo de representações científicas, convenções históricas, construções sociais e intervenções políticas. Eles constatarem que as taxonomias oficiais em uso misturam dois tipos de categorização: a “científica”, na qual cada caso possível tem seu lugar em uma matriz numérica, e a “natural”, de pessoas comuns que espontaneamente utilizam tipologias de senso comum para classificar pessoas e coisas no espaço social. Enquanto as primeiras são numéricas e claramente definidas, as outras são contínuas e não apresentam fronteiras nítidas. São construídas em torno de representações arquetípicas ou típico ideais de categorias sociais, como o operário e sindicalista da região do ABC que se tornou presidente do Brasil ou o executivo com MBA pela FGV, que dirige um SUV, manda os filhos para a Escola Americana e mora na Barra da Tijuca. Como as categorias são construídas em torno de casos paradigmáticos de pessoas que representam e as incorporam idealmente – e não como instâncias particulares que representam apenas “um caso do possível” em um sistema complexo de profissões, posições e disposições, como ocorre na teoria do espaço social de Bourdieu (1981) –, as pessoas podem ser agrupadas em categorias simultâneas. Devemos classificar o dono da mercearia da aldeia que possui um terreno como comerciante ou como proprietário? E quanto ao clérigo que leciona na universidade, devemos registrá-lo como padre ou como professor? O problema com as estatísticas oficiais é que, devido à falta de reflexividade em relação a suas operações de codificação, elas separam o que deveria ser agrupado e juntam o que deveria ser distinguido. Toda categorização é, inevitavelmente, arbitrária até certo ponto. Ela subsume, por decreto, elementos heterogêneos, que considera equivalentes, sob uma única categoria. Assim, por exemplo, estatísticos que estudam o casamento tardio entre jovens agrupam jovens agricultores que não conseguem encontrar uma esposa com playboys da classe alta que fazem cursos diferentes na universidade (Thévenot, 1979). Como a correspondência entre uma categoria geral e os casos particulares nunca é perfeita, a categorização sempre pode ser contestada. Este é o “paradoxo da codificação” (Thévenot, 1983, 2011a): pode-se “fechar os olhos”, deixar passar e seguir em frente, ou “abrir os olhos”, levantar suspeitas e apontar para a dispersão subjacente à categoria para contestar a classificação. Para entender como os casos são transformados em números, deve-se, portanto, seguir a “cadeia de produção estatística” (Thévenot, 1983) – desde as respostas a um questionário respondido pelos entrevistados em casa e seu registro pelos entrevistadores, passando por sua codificação pelos codificadores e a

digitalização das respostas codificadas em computadores, até a criação das nomenclaturas oficiais pelos técnicos e a produção de variáveis de Estado utilizadas em políticas públicas.

Simultaneamente, Luc Boltanski trabalhava analisando a construção social e a mobilização da categoria dos chamados quadros executivos, os *cadres* (Boltanski, 1982, 1984), um grupo social complexo, correspondente a quadros burocráticos executivos semigerenciais, mas não ocupantes de posições de diretoria. Desrosières e Thévenot (1988) investigam a história das categorias socioprofissionais na França. À medida que as nomenclaturas das profissões eram revisadas por uma nova geração de estatísticos influenciados por Bourdieu, que incorporava seus conceitos (volume total de capital, distinção entre capital econômico e cultural) às estatísticas oficiais, a historicidade da *codagem/codificação/categorização* e do registro do status socioeconômico ganhava destaque (Amossé, 2013). Em seus trabalhos, Bourdieu, Boltanski, Desrosières e Thévenot demonstraram que não apenas os estatísticos participam da construção das categorias. Ela também é realizada por sindicatos e outros representantes da classe, que defendem os interesses dos diversos grupos. Dado que a luta de classes é também uma “luta de classificação” (Bourdieu & Boltanski, 1975), a representação da categoria é simultaneamente científica e política: a produção científica da objetividade e a construção política do coletivo estão intrinsecamente ligadas (Thévenot, 1990b, 1994a, 2011a). A construção de categorias, que estabelece equivalências entre as pessoas e as coisas que agrupa, e a construção de grupos por porta-vozes que os representam e falam em seu nome, têm algo em comum. Ambas são operações de representação em que o múltiplo é contado como um. A análise sociológica da política das estatísticas considera conjuntamente a representação científica e a representatividade política para revelar como a fabricação de uma ordem política é instrumentalizada estatisticamente e implementada socialmente. Para formar uma massa, os membros de uma população são quantificados nas estatísticas sociais e, simultaneamente, qualificados como cidadãos em uma ordem política, consumidores em uma ordem econômica, fiéis em uma ordem religiosa, formadores de opinião em uma ordem pública etc.

Em sua primeira publicação conjunta, sobre categorização e classificação de pessoas e coisas, Boltanski e Thévenot (1983) testam experimentalmente a sociologia do senso comum. O artigo é notável por diversas razões. Primeiramente, ao utilizar um jogo, estabelece um dispositivo de pesquisa altamente original. Para explorar as relações entre imagens mentais e representações oficiais de grupos (por exemplo, pelo Insee e por sindicatos), os participantes de grupos focais receberam fichas com descrições de identidades pessoais e ocupacionais (gênero, idade, local de residência, renda e profissão). Foi solicitado que classificassem os indivíduos em um espaço social (primeiro jogo), discutissem casos exemplares, como um operário típico ou “o *cadre* mais *cadre*” (segundo jogo) e adivinhassem sua profissão com base em seu estilo

de vida (terceiro jogo). Em segundo lugar, embora os autores utilizem conceitos bourdieusianos, como espaço social, lutas de classificação e lógica da prática, eles não introduzem nenhuma “ruptura epistemológica” entre ciência e senso comum. Em vez de opor classificações científicas e naturais, episteme e doxa, eles se apegam resolutamente a como os próprios atores modelizam a diferença de categorizações. Os jogos mostram de forma exemplar que a classificação de pessoas e profissões nunca é neutra – e que as pessoas não são inconscientes disso, mostrando-se, mais que isso, críticas, questionando a justiça dessas categorizações. Isso ocorre porque a operação de alocação em categorias conjuga, aos olhos dos atores, classificação e hierarquização, atribuição e acusação, predicação e denúncia em um único ato, confirmando a etimologia de *katagorein* como juízo. Não há cognição sem valoração, nem valoração sem juízo. Em terceiro lugar, mesmo que a sociedade em geral não seja um jogo, boa parte dos conceitos da sociologia pragmática (classificação, disputas, valor) já está presente.

Enquanto Boltanski (1984) fornece ao trabalho conjunto dos dois a gramática de um modelo actancial de denúncias, baseado no estudo das cartas de reclamação enviadas ao prestigioso jornal francês *Le Monde*, Thévenot (1984, 1986, 2024a) oferece a conexão entre formas simbólicas e objetos materiais em seu conceito de “investimento em formas”. De fato, é possível dizer que a própria ideia de “economia” em “economias da grandeza” passe por sua discussão sobre investimento (sacrifício x retorno) como elemento relevante do impulso ao social. Seu artigo sobre formas e formatos é um dos textos seminais da economia das convenções, escola heterodoxa na economia e na sociologia francesas que continua a tradição de Durkheim e Mauss (Diaz-Bone & de Larquier, 2024; ver também o Boletim Informativo da ES-SC, editado por Diaz-Bone desde 2017). Aparentemente, o texto trata do taylorismo. Na verdade, mostra como a aplicação de formas (normas, regras, convenções etc.) implica a formatação da situação à qual se lança. Em outras palavras, para construir um mundo, é preciso governá-lo. Para governar e “conduzir a conduta dos indivíduos” (Foucault, 2014 [1979-1980]), é preciso reunir uma variedade de coisas (formatos de tempo, cronômetros, códigos estatísticos, leis, medidas científicas) e pessoas (empresários, cientistas, engenheiros, técnicos, trabalhadores) em uma forma ou formato estável que “desencadeie” as práticas de sua situação imediata e permita sua coordenação no tempo e no espaço em relações duradouras e objetivas. A influência dos estudos de governamentalidade de Michel Foucault e dos estudos da ciência de Bruno Latour pode ser sentida no conceito de investimento em formas. Thévenot o apresenta como uma montagem ou agenciamento de elementos heterogêneos (tanto simbólicos quanto materiais) em uma estrutura sociotécnica estável de convenções. Embora o investimento de formas seja custoso (é, ora, um investimento, exigindo tempo, energia, esforço), uma vez que a montagem esteja estabelecida, ela funciona como uma estrutura convencional que faci-

lita a coordenação da ação. Com os economistas da escola das convenções, Thévenot se recusa a considerar o mercado como o único mecanismo de coordenação. Abaixo, através e acima do mercado, encontram-se outros formatos convencionais e outros mecanismos, como costumes (ordem doméstica), normas (ordem industrial) e diplomas (ordem cívica) que regulam as práticas e as unem em uma morfologia social estável. Graças à sociologia das convenções de Thévenot, temos uma pluralidade de formas e formatos para qualificar pessoas e coisas – que posteriormente serão transfigurados em cités e regimes de engajamento. Conjugando isso com a análise da gramática das denúncias de Boltanski, o modelo de justificação está estabelecido.

A segunda fase da obra de Thévenot cobre as décadas de 1980 e 1990. Nela, de posse de todos os achados dos anos precedentes, ele e Boltanski criam o GSPM e lançam um modelo que se, talvez por modéstia, recusa a condição de sociologia geral, ao mesmo tempo promove uma potente operação de teoria social ao propor uma sociologia da coordenação concórdia/disputa nas sociedades modernas interligando *accountability*, vida cotidiana, morfologia social, política e cognição moral, em um jogo de vai-e-vem entre micro e macro.

O chamado modelo das *economias da grandeza* apresentado em *A justificação* parte, de um lado micro, de uma *antropologia* que detecta nos atores sociais uma faculdade cognitiva segundo a qual eles se mostram capazes de não aceitar estados ocupados por eles e/ou por outros actantes (entes humanos e/ou não humanos determinantes em uma situação), faculdade chamada pelos autores de “capacidade crítica” (Boltanski, 2016 [1990]; Boltanski & Thévenot, 1999) – tema central da ruptura com Bourdieu; e, de outro lado macro, de uma informação de que, apesar da tendência ao conflito potencialmente implicada por aquela capacidade, observa-se da rotina das sociedades um estado de concórdia mais do que de conflito aberto, o que os leva a afirmar uma tendência ao acordo como dado da *morfologia social*.

Entre esses dois polos, eles descrevem uma esfera situacional interacional implicada por uma *teoria de agência* e uma *teoria de sociabilidade*. Na primeira, a agência é entendida como algo distribuído aos atores segundo diferentes estados situados (e não segundo condições prévias ou disposições incorporadas), as *grandezas*, definindo a determinação da situação; na segunda, essas posições são ritualisticamente questionadas valorativamente pelos atores com base naquela capacidade crítica. O centro desse teatro interacional se divide em dois pontos: o primeiro é a eleição, pelos atores, de um valor privilegiado como critério para julgamento das agências uns dos outros, a *justiça*, interpretada pela metáfora econômica do modelo como *equivalência* entre os bens auferidos pelas partes por meio daquela distribuição agencial; o segundo ponto é que essa interpelação em termos de justiça atravessa um imperativo, o de *justificação*, isto é, de prestação de contas aos outros, com justificativas e provas, da validade tanto de críticas quanto de situações

criticadas. Mas não se trata de um modelo micro-macro puramente encerrado nesse nível *mezzo* das interações. Há ainda um outro componente de rebatimento entre níveis que justifica totalmente o nome de sociologia pragmática: o ajustamento entre uma dimensão metafísica dos valores e uma dimensão pragmática das situações/ações marcado pelo “pluralismo radical” (Thévenot, 2006a: 6) característico da discussão sobre formas permitiria enxergar que os atores entendem que a justiça não é uma língua monolítica, expressada em pares de equivalência substantiva. Não, ela é traduzida em diferentes formas, chamadas pelos atores de *ordens de grandeza*, ou *cités* (e ele passa a ser chamado por muitos de “modelo das *cités*”)¹ – entendidos como quadros de referências gramaticais, sistemas de regramento gerativo a guiar a conduta das pessoas para ações “que convêm” (Thévenot, 1990a), “competentes” (Boltanski, 1990), uma vez que “justificadas” (Boltanski & Thévenot, 1987, 2020). Eles, então, mapeiam a princípio seis *cités*, que os atores podem invocar quando sentem que a situação em que se encontram não esteja de acordo com sua visão de justiça para ela – ou seja, sua forma de demonstrar equivalência entre os bens auferidos pelas partes –, como formas em que a justiça é traduzida em um valor metonímico: inspirada, doméstica, cívica, da opinião, mercantil, industrial. Na primeira, a justiça é avaliada em termos de criatividade e singularidade; na segunda, em termos da reputação e da prioridade geracional; na terceira, da representatividade em relação ao interesse coletivo; na quarta, pelo renome, a celebridade; na quinta, pelo valor de troca, monetário; e na sexta, pela eficiência técnica. Assim, por exemplo, em uma discussão sobre quem deve ser o justo candidato de um partido à Presidência, alguém pode argumentar que o melhor nome é o do tradicional líder que muitos serviços já prestou (justificativa doméstica) e trazer como prova histórias de seus triunfos; outro, que seria o novo quadro do partido, de formação técnica e demonstrações de efetividade administrativa (justificativa industrial) e apresentar gráficos e tabelas; e um terceiro candidato ainda pode ser aludido por sua relação com as bases, sendo mais forte como voz da maioria (justificativa cívica), arregimentando testemunhos de grupos das várias tendências do partido. O acordo terá que ser depurado em algum desses termos (por exemplo, decidindo-se por voto por um deles) ou produzir um compromisso entre essas diferentes formas de justiça (como uma candidatura do mais antigo na cabeça com o mais técnico como vice, por exemplo).

Após a publicação de *A justificação*, Boltanski demonstra interesse em refinar o modelo das *cités* apenas ao revisitar sua capacidade de crítica e legitimação de quadros de dominação, notadamente, o capitalismo (Boltanski & Chiapello, 2009). Em um importante ensaio sobre ação social e capacidades críticas, ele busca delimitar o escopo da pragmática da justificação (Boltanski, 1990): não se trataria de uma sociologia geral nem de uma teoria das sociedades. O modelo é, segundo ele, válido apenas para situações específicas de disputas públicas em sociedades contemporâneas com um formato particular

de argumentação moral que se refere ao bem comum ou ao interesse geral. Ele distingue três outros do que chama de *regimes de ação*: ágape, justiça (*justesse*) e violência, mas desenvolve mais detidamente apenas o primeiro. Thévenot, por sua vez, endossa plenamente a virada pragmática na sociologia e passa a explorar um outro fenômeno pluralmente validado pelos atores, definindo regimes do que chama de *engajamento* – o espraiamento do ator singular para o plural por meio de uma coordenação complexa consigo mesmo e com o ambiente. Distingue, então, três desses regimes: *familiaridade*, *engajamento no plano* e *engajamento justificado* (este, em consonância com o modelo das EG) – por vezes, ele acrescenta ao quadro o regime de engajamento exploratório, proposto por Nicolas Auray (2011). Em *L'action au pluriel* (Thévenot, 2006a) – a rigor, uma coletânea de artigos, mas organicamente funcional como livro –, desenvolve uma teoria pluralista de regimes que reformula a questão da ordem como uma questão de coordenação. De uma forma ou de outra, todas as sociologias precisam vislumbrar soluções estáveis para o problema da coordenação da ação. Thévenot, entretanto, rejeita tanto a abordagem coletivista das sociologias funcionalistas (de Parsons a Bourdieu) quanto a abordagem individualista da escolha racional, padrão na economia. Não se deve presumir, desde o início, que normas e valores compartilhados sejam institucionalizados em práticas coletivas (campos) e internalizados pelos indivíduos por meio da socialização (*habitus*). Tampouco se deve seguir os economistas que presumem que as preferências individuais serão espontaneamente agregadas e coordenadas pela “mão invisível” do mercado. Em vez de presumir a ordem como dada, deve-se analisar como as ordens locais são configuradas em situações concretas de ação e como as ações podem ser coordenadas no espaço e no tempo. Se essa posição parece coincidir, à primeira vista, com a dos interacionismos, deve-se notar, contudo, que mesmo que Thévenot aceite o situacionismo metodológico dos pragmatistas, ele argumenta - seguindo o conceito de autovinculação de John Elster (1979), uma convenção consigo mesmo - que antes de se considerar a coordenação social entre indivíduos e grupos, deve-se investigar como os indivíduos podem coordenar suas ações consigo mesmos. A coerência ou consistência de si não é dada, mas surge como resultado de um investimento em formas ao longo do tempo, por meio do qual um ator estabiliza seus engajamentos ou compromissos com o mundo.

Thévenot radicaliza a “virada pragmática” na sociologia com uma “virada prática”, uma “virada material” e uma “virada cognitiva”, que se concentra cada vez mais nas relações dinâmicas entre os atores e seu ambiente. A ideia subjacente dos regimes de engajamento é que a configuração da situação de passagem de si ao plural exige uma adaptação simultânea de corpos, pessoas e objetos em um processo contínuo de estruturação das práticas. Tomemos como exemplo a aparição milagrosa de Nossa Senhora durante uma peregrinação na antiga Iugoslávia (Claverie, 1991). Para ver Maria

aparecer pessoalmente diante de seus olhos, a devota deve sintonizar-se com a situação, preparar seu corpo, coração e espírito e compartilhar a disposição com outros peregrinos. É somente quando ela se engaja com o mundo de uma certa maneira, com a mente e o coração certos, no momento certo e no contexto certo, que o evento da aparição milagrosa ocorrerá. O evento é a consequência da configuração da ação.

Essa abordagem pragmática da ação como um processo de engajamento dinâmico, no qual as possíveis relações entre o ator, o self, os outros e o mundo material são definidas na situação, é desenvolvida nessa teoria dos regimes de engajamento (Thévenot, 2005a, 2006a). Como já mencionado, Thévenot distingue três (por vezes quatro) regimes e os ordena em uma sequência do público ao privado. O objetivo da distinção tipológica é inverter o vetor da sociologia pragmática: em vez de ascender do particular para o geral (*montée en généralité*), descender do geral para o particular, a fim de investigar com mais detalhes como os mundos privados são reconfigurados e constituídos como um mundo comum que pode ser compreendido por todos. Em vez de opor a esfera privada à pública ou o individual ao coletivo, ele os concebe como diferentes regimes de coordenação com diferentes níveis de generalidade. E embora os atores tenham uma escolha, não é totalmente correto dizer que eles propriamente escolhem um regime. Em vez disso, como resultado da situação em que se encontram, com base em seu julgamento, eles respondem ao ambiente e se engajam *conforme* um regime. O fenômeno, portanto, é mais bem concebido como uma capacidade humana básica de adaptação ecológica em relação a um ambiente (que inclui a si próprio) em constante mudança. Os atores podem transitar de uma gramática para outra instantaneamente e podem estar em várias delas simultaneamente – a depender da situação. Um único indivíduo pode invocar a separação entre Igreja e Estado (justificação), preparar-se para levar os filhos à escola (plano) e, ao mesmo tempo, trocar de marcha enquanto dirige usando um macete (familiaridade).

O *regime de engajamento justificado* encontra um espelho no modelo das economias da grandeza. Quando uma disputa precisa ser resolvida pacificamente por meio de argumentação até que um acordo seja finalmente estabelecido, os atores se engajam na justificação. Quando o conflito é resolvido, as ações podem ser coordenadas e podem até ser institucionalizadas ao longo do tempo em arranjos duradouros, como o consenso pós-guerra e a consolidação do Estado de bem-estar social. As pessoas precisam se conceber como atores de um certo tipo – digamos, uma empresária em um mundo comercial de contratos, mercadorias e preços, um engenheiro em um mundo industrial de instrumentos e máquinas que precisam funcionar sem problemas, um influenciador em um mundo da fama com mídias sociais que precisam ser continuamente atualizadas. Esse modelo é bastante exigente. Pressupõe a aceitação da humanidade comum, a capacidade de defender verbalmente o próprio caso com referência a vários vocabulários de justiça

(mercantil, industrial, cívica etc.) e uma competência de sabedoria prática (*phronesis*) para avaliar corretamente o curso de ação adequado.

Quando o agente busca conscientemente um projeto, isto é, quando estabelece para si uma meta e escolhe um meio racional para realizá-la de acordo com um plano preestabelecido, ele ingressa no *regime do plano*. Esse regime de engajamento corresponde parcialmente aos modelos de escolha racional. Tomando o modelo do *homo economicus* da economia padrão como uma formalização de uma lógica prática de interesses, Thévenot se baseia em filosofias analíticas da intencionalidade coletiva (Searle, Bratman etc.) para teorizar esse regime de coordenação estratégica.

A *familiaridade*, o terceiro regime de engajamento, é aquele ao qual ele tem dedicado mais atenção. Trata-se do tipo de ação habitual ocorrido na esfera privada de alguém que se sente em casa no mundo. Imagine-se à sua mesa em casa, rodeado por objetos de todos os tipos (computador, livros, fotos de família etc.) que lhe são familiares e estão dispostos em uma ordem particular que só você conhece completamente. Essa é uma ordem habitual e prática das coisas à mão ou ao seu alcance imediato, como foi estudado por fenomenólogos e etnometodólogos (Thévenot, 1993, 1994b). Não dirigido a outros, esse seu mundo é privado, íntimo e não social. Ele só se torna social quando uma segunda pessoa (seu/a parceiro/a, um/a amigo/a, um/a faxineiro/a) entra e você precisa reorganizar o espaço para compartilhá-lo com ela. Caso você planeje alugar sua casa temporariamente, seu escritório precisa ser ainda mais desindividualizado, fazendo com que pareça um espaço normal, funcional e habitável para qualquer um. Caso a família que alugou seu imóvel enfrente algum problema (por exemplo, falta de água quente ou internet, máquina de lavar roupa quebrada), ela pode reclamar, reavaliar os bens, exigir reparos (citê industrial), um desconto no aluguel (citê mercantil) ou ameaçar informar seus colegas (citê da opinião). A mudança na relação com o inquilino também modifica sua relação consigo mesmo e com seu ambiente: você passou de um regime de familiaridade (sua casa) para um regime de planejamento (como consertar a caldeira) ou de justificação (responder a demandas de reparação), no qual você argumenta e defende seu caso.

Uma das principais teses de Thévenot é que cada regime garante uma certa forma de benefício, de relação de bem com o mundo: bem-estar pessoal e segurança ontológica para o regime de familiaridade; realização e sucesso individual para o regime de ação planejada; alinhamento com os próprios valores e contribuição para o bem comum para o regime de justificação. A continuidade dessas satisfações pessoais nos vários regimes de engajamento é o que, em última análise, sustenta as pessoas em suas vidas.

A pesquisa sobre regimes de engajamento aborda a constituição das pessoas, enquanto o projeto sobre as *gramáticas do comum no plural* diz respeito à constituição infrapolítica da sociedade. Como ambos se baseiam em noções de bem e justiça, a sociologia (da) moral e a sociologia (da) política não

podem ser separadas de forma nítida: a coordenação consigo mesmo pressupõe e precede a coordenação com os outros. Para apreender a dimensão micropolítica da vida social, Thévenot (2014b, 2015b, 2020a) acrescenta a noção de gramáticas do comum. Isso desloca a atenção dos regimes que mantêm a coerência pessoal em diferentes situações para as condições sob as quais pessoas diferentes podem conviver apesar de suas diferenças – nos termos de Mauss, “opor-se umas às outras sem se massacrarem” (Mauss, 1989: 278). A reflexão política de Thévenot busca compreender como as comunidades podem articular singularidade (sem recair no clichê identitário) e diferença (sem recair no clichê liberal) sem sacrificar o que compartilham, argumentando que isso requer uma forma comum por meio da qual as diferenças possam ser expressas e compreendidas.

Em sua pesquisa comparativa sobre repertórios de avaliação na França e nos EUA (Lamont & Thévenot, 2000), iniciada após críticas à validade transnacional do modelo das EG, Thévenot descobriu que ambas as sociedades utilizavam os diversos repertórios de avaliação para emitir juízos sobre política, economia, moralidade, estética e ecologia. Enquanto os americanos tendiam a privilegiar o registro econômico da *cité* mercantil e raramente invocavam a *cité* doméstica, os franceses davam predominância ao registro cívico da solidariedade. Essa é mais uma forma de reafirmar que os franceses têm uma visão mais republicana e coletivista e os americanos, mais liberal e individualista. O uso de argumentos também apontou para diferentes maneiras de comunicar divergências e de construir pontos em comum. Enquanto os americanos reconhecem as diferenças culturais e políticas, eles as atenuam, reformulando-as em termos de preferências individuais. Resolvem questões coletivas como se fossem individuais. Os franceses, por sua vez, aceitam as diferenças no âmbito da sociedade, mas apenas sob a condição de que permaneçam compatíveis com o interesse maior do coletivo.

Com base em sua pesquisa sobre a Rússia, país que Thévenot visita desde a juventude, descobriu-se uma terceira gramática do comum, mais difusa: a *gramática das afinidades pessoais com lugares-comuns* (Thévenot, 2014b, 2020a). Ao conectar o pessoal ao coletivo por meio de mitos, canções e lugares específicos afetivamente evocados, essa gramática constitui a contraparte coletiva do regime de familiaridade. Ela unifica os membros do grupo por meio da evocação de memórias e afetos compartilhados. A importância dos lugares-comuns foi revelada em uma pesquisa comparativa com estudantes em residências internacionais em Paris, Berkeley e São Petersburgo, que, literalmente, viviam e cozinhavam juntos (Luhtakallio & Thévenot, 2018; Thévenot, 2020a). A evocação de comidas caseiras de diferentes países (por exemplo, feijão para os brasileiros, sopa de mariscos para os americanos, arroz frito para os chineses etc.) os levou a estabelecer lugares-comuns – termo que, como veremos, não é usado em seu sentido de clichê e sim a de elemento partilhável – que comunicam seus vínculos pessoais com diferentes bens e alimentos.

Thévenot atingiu a maioria na década de 1960 e faz parte da, como chama, “geração desobediente” (Thévenot, 2005b). Sua simpatia se volta para o povo comum – as pequenas mãos das digitadoras, em sua maioria mulheres, do Insee; as pessoas oprimidas por grandes sistemas anônimos; os estrangeiros em nosso meio que não estão integrados à nossa sociedade. Seu regime de familiaridade é uma sociologia do semelhante – *le prochain* com um rosto, em vez do *socius* anônimo (Thévenot, 2012b). Sua distinção entre diferentes regimes de coordenação e gramáticas do comum abre novas perspectivas tanto para a compreensão da vida em concórdia quanto para a crítica da dominação. Permite-lhe também estabelecer uma continuidade com suas primeiras investigações sobre as inadequações da classificação estatística e as abstrações violentas que aprisionam casos particulares em gaiolas conceituais. Quando as formas de cooperação são impostas contra a vontade dos agentes, elas se transformam em opressões (Luhtakallio & Thévenot, 2018; Thévenot, 2012c, 2012d, 2014b). Isso ocorre quando, em nível macro, uma gramática se torna hegemônica – por exemplo, no neoliberalismo, quando a *city* mercantil impõe seu formato a todas as outras, colonizando o mundo da vida por meio da mercantilização (Honneth, 2010). Mas também em nível micro, quando um regime de engajamento oprime o outro. Forçando os atores a se encaixarem em um molde que não escolheram livremente, a tirania é exercida por diversas autoridades que buscam regular, controlar e impor obediência. Isso ocorre, por exemplo, quando o regime de justificação força os indivíduos a saírem de sua zona de conforto pessoal ou quando o formalismo burocrático do regime do plano suprime qualquer possibilidade de crítica justificável. Governar por meio de normas, impor padrões por meio de auditorias, *benchmarking*, rastreamento digital e autoquantificação é outra forma moderna típica de exercer controle sobre os agentes (Thévenot, 2019a). Em todos os casos, a ruptura dos regimes de engajamento afeta a segurança ontológica das pessoas. Elas podem ficar desorientadas e desmoralizadas (anomia e desencantamento) ou humilhadas e instrumentalizadas (alienação e reificação). Ocasionalmente, podem também protestar silenciosamente ou se rebelar publicamente de diversas maneiras contra as múltiplas opressões que as atormentam no seu dia a dia.

Ao analisarmos a trajetória de Thévenot ao longo de meio século, desde meados da década de 1970 até os dias atuais, percebemos uma transição sem solução, da sociologia da estatística para a economia das convenções e a sociologia pragmática da *accountability* social (EG) e da passagem ao plural (regime de engajamento). Após a publicação de *A justificação* com Luc Boltanski, ele explorou, individualmente e com uma equipe de pesquisadores na Europa, nos EUA, na Rússia e, como veremos, também no Brasil, diferentes regimes de engajamento e gramáticas da coletividade. Integrando o modelo das EG a um modelo mais amplo de engajamento consigo mesmo – “*in person*” – e com os outros – “*in common*” (Thévenot, 2005a), ele entrelaçou sociologia, economia,

direito e história em uma filosofia (da) moral e (da) política empírica que destaca os problemas da coordenação. Com essa explicitação da fragilidade do ser humano e a instabilidade da sociedade, percebe-se que sua pesquisa é impulsionada por uma preocupação com a proximidade e o cuidado com o próximo. O resultado de sua contínua articulação de categorizações, convenções, justificativas, engajamentos e pontos em comum é um modelo bastante complexo com várias dimensões (Thévenot, 2002). Enquanto os matemáticos (como, ora, Laurent) lidam facilmente com números impressionantes e possibilidades infinitas, sociólogos (como Laurent) e antropólogos precisam trabalhar juntos para explorar plenamente a infinita complexidade das situações que o autor insinuou. Basta pensar na combinação de inspiração, familiaridade e republicanismo (comunitarismo?) ou mercado, familiaridade e lugar-comum (populismo?), eficácia, familiaridade e liberalismo (governamentalidade) ou ecologia, planejamento e liberalismo (modernização verde?), bem como nas tensões, concessões e transições entre eles, e imediatamente se vislumbra uma riqueza de possíveis projetos de pesquisa surgindo no horizonte, onde a teoria abstrata, a etnografia concreta e o engajamento real se cruzam. Muito trabalho já foi realizado por Thévenot e seus colegas em França, Escandinávia, Rússia, Itália, Portugal e Brasil. A boa notícia é que mais pesquisas são necessárias para fazer o inventário de ações, situações e mundos.

Neste dossiê, reunimos, além desta conversa com Thévenot, contribuições de colegas e pesquisadores estimulados por sua obra. Cada um deles se relaciona de uma forma particular a sociologia do autor, chamando atenção para sua complexidade e profundidade.

Em um primeiro bloco, vemos um movimento de síntese ou descrição biográfica e de seu modelo. A começar por “Antes de ‘A justificação’: Meu encontro com Laurent Thévenot”, em que Luc Boltanski, como Thévenot professor emérito da EHESS e fundador do antigo GSPM, reconstitui a história do início da colaboração com o parceiro e da obra fundamental da sociologia pragmática e traça um perfil do colega. Em “A tireless investigator: a tribute to Laurent Thévenot”, Laurence Kaufmann, da Universidade de Lausanne, na Suíça, propõe uma síntese da obra do pensador, sublinhando o caráter complexo e plural de sua visão de mundo e notadamente seu incansável ímpeto para a pesquisa. Por sua vez, com “Os três pilares da teoria das convenções: moralidade, pluralismo e realismo”, Paulo Niederle, professor da UFRGS, traça um painel dos fundamentos e possibilidades de uma das áreas a merecerem contribuição mais forte de Thévenot, a chamada economia das convenções.

Em um segundo movimento, trazemos uma descrição de uma pesquisa atual propriamente inspirada pela modelização de Thévenot: “Procurando por lugares comuns: ensaio sobre os modos de engajamento no meio digital”, de Olga Zunino, doutoranda do PPGSA, lança mão da discussão do autor sobre gramáticas dos lugares-comuns para analisar as coordenações nas chamadas mídias sociais.

Por fim, dois textos colocam sobre a mesa a íntima e hospitaleira (de lado a lado) relação de Laurent com o Brasil. Em “Encruzilhando sociologias e antropologias: Laurent Thévenot nos felizes trópicos e seu possível diálogo com a ‘Escola Antropológica de Niterói’”, Fabio Mota, professor da UFF e um dos que, como um de nós, se beneficiaram da acolhida de Thévenot ainda em nosso período de doutorandos – ver Werneck (2012) –, promove um afetivo retrato das colaborações entre o autor e o Brasil. Por fim, sua colega de UFF, Daniela Velásquez, escreve em “Entre os investimentos de forma e os modos de normatividade: diálogos e contribuições de Laurent Thévenot para pesquisas sobre identidades étnicas no Brasil” sobre como a discussão acerca dos quilombolas aqui pôde se beneficiar de sua abordagem.

INTRODUÇÃO: AS CIÊNCIAS DO HUMANO IMERSAS NA HISTÓRIA

Da ‘geração desobediente’ de meio século atrás...

Cinquenta anos atrás, meu primeiro artigo era publicado, em uma revista de economia e estatística. No entanto, ele já demonstrava uma orientação para a sociologia: “Categorias sociais em 1975: a extensão do emprego assalariado” (*Economie et Statistique*, n. 91). De inspiração classista, o texto rendeu-me também a acolhida pelas instâncias dirigentes do Partido Comunista Francês, então poderoso no âmbito de uma esquerda francesa forte. O encontro teve lugar na recém-concluída sede, construída sob a direção de Oscar Niemeyer, exilado na França após a chegada da ditadura militar ao poder no Brasil. Embora partilhasse com esse partido a orientação marxista que prevalecia na esquerda e em seu espaço intelectual, eu era mais oriundo da “geração desobediente” marcada pelos acontecimentos de Maio de 68 e que eu tinha vivido tanto “em comum” quanto “em pessoa” (Thévenot, 2005a), e essa geração havia sido muito crítica ao partido e a suas ligações com o estalinismo soviético. E não sem dar ouvidos ao eco retardado de um acerto de contas em relação ao autoritarismo do regime fascista francês de Vichy, essa geração inquieta levantou-se mais amplamente contra a *grandeza doméstica* de seus pais e a sua aliança com a *grandeza modernizadora* da eficiência industrial, em uma crítica municinando a solidariedade igualitária da *grandeza cívica*, mas também a *grandeza da inspiração* mais próxima do corpo em movimento – sobre ordens de grandeza, ver Boltanski e Thévenot (1987, 2020a, 2020b). Essa reversão “de ponta-cabeça” abalou as instituições durante algum tempo, até ao chefe de Estado, o general De Gaulle, que desapareceu durante um dia inteiro em um preocupante vácuo de poder. E a convulsão não afetou apenas o corpo do Estado e seus órgãos integrantes. Ela também colocou em agitação corpos viventes em movimentos experimentados como libertadores (Thévenot, 2009).

...A um mundo mais uma vez fascinado pelo autoritarismo e por sua força mortífera para com as instituições

Hoje, 50 anos depois, a situação do mundo é completamente diferente. Muitas das maiores potências estão nas mãos de regimes autoritários ou mesmo ditatoriais, encarnados em pessoa e corpos por personagens que magnificam a força e a violência ao ponto de encaminhar os países à guerra. As formas institucionais, políticas e jurídicas com objetivo democrático, que pareciam ter sido restauradas da extrema desumanização levada a cabo pelo nazismo e pelo estalinismo, são mais uma vez contestadas no âmbito do esquecimento das consequências de seu colapso passado. Os Estados, as instituições e a lei, que se baseiam em formas convencionadas que reivindicam legitimidade, são agora alvo de ataques frontais. As representações políticas e sociais são por sua vez alvo de uma suspeita direcionada ao lugar central do porta-voz na democracia. Ao mesmo tempo, e não sem paradoxo, espalha-se por todo o mundo uma estrutura sem precedentes de sistemas de avaliação e certificação integrando uma formalidade capaz de invadir todas as áreas da existência com a pretensão de um governo transnacional garantidor e tranquilizador por meio justamente de seus padrões (Thévenot, 1997, 2025). O paradoxo está nos dois sentidos e usos quase contraditórios do termo “convencional”: aquilo que é produzido por acordo e converge constituindo formas comuns; e aquilo que é arbitrário e restringe o potencial das vidas humanas que procuram disso se libertar. Como podemos compreender esses dois significados de convencional sem reduzir a polaridade em favor do primeiro, como no positivismo jurídico, ou do segundo, como na crítica desconstrutiva realizada pelas ciências sociais contemporâneas? Aos projetos democráticos enfraquecidos e à revelação de seus fundamentos na exploração colonial de seres rebaixados, soma-se a nova preocupação das interdependências entre humanos e seres viventes, humanos ou não, e a condição alarmante de nossa terra habitada, dando necessariamente origem a uma *descentralização*² sem precedentes do sujeito humano (Thévenot, 2020b, 2023).

INVERSÃO DE VALORES E DESCENTRALIZAÇÃO DO SUJEITO HUMANO: QUE RENOVAÇÃO ESPERAR DAS DISCIPLINAS DO HUMANO?

Essas convulsões manifestam a inversão de normas, valores, expectativas, imaginários, mas também das formas de comprovação de realidade, a despeito de o equipamento material das formas humanas experimentar um novo tipo de expansão graças às gigantescas infraestruturas globais de informação e comunicação. O questionamento das formas de representação política e social está associado a uma colocação em questão da realidade ela própria, não apenas em suas representações de senso comum, mas também nas formas científicas mais solidamente estabelecidas. A crise da representação

política é assim ampliada por uma crise ontológica de determinação da realidade. As disciplinas do humano, necessariamente dependentes de novas experiências históricas, devem, portanto, revisar seu projeto de alto a baixo, na busca de um quadro analítico duradouro e geral sobre a condição humana. Elas devem lidar ao mesmo tempo com essas formas comuns de representação política e normativa e com as críticas a elas; com as formas de apreensão da realidade e com as suspeitas ou dúvidas a seu respeito; com a morfologia do vivente, humano ou não, e com suas implicações nos mundos humanos.

Um programa resultante de um questionamento primário sobre a 'codificação social'...

Como o programa de pesquisa aqui discutido pôde manter sua coerência ao mesmo tempo que experimenta os desenvolvimentos significativos exigidos por essas convulsões históricas? Sem dúvida, porque teve sua origem em uma questão antropológica e política fundamental. Ela foi gradualmente depreendida de um estudo empírico e analítico da “codificação social” (Thévenot, 1983). O termo “código” é hoje amplamente utilizado para se falar de cultura. Ultrapassando seu significado técnico como resultado de uma codificação, tem sido usado para designar todo tipo de prática e tendência mais ou menos formalizada, quando não é mais precisamente utilizado pelas ciências sociais da cultura para fundamentar “um sistema de códigos simbólicos que especifica o bem e o mal” de acordo com uma “semiologia [...] que oferece a possibilidade de generalização de um lugar ou de um contexto histórico para outro” (Alexander & Smith, 1993: 196).

Minha entrada inicial no tema centrou-se na “codificação” da identidade socioprofissional e partiu de concepções estritamente simbólicas das formas. Na cadeia estatística de formação e transformação de informação codificada sobre pessoas, os termos técnicos “*codagem*”, “codificação” ou “*cifragem*”³ designam a operação de atribuição de uma categoria (ou, segundo uma nomenclatura, um “código”, notadamente socioprofissional) a uma resposta dada a um questionário. Minhas primeiras investigações de campo centraram-se no trabalho prático ao longo dessa cadeia, do pesquisador que recolhe respostas ao codificador – muitas vezes, ambos os lugares ocupados por mulheres – e até a produção da nomenclatura da categoria. A inspiração veio de uma sociologia do trabalho crítica já preocupada, antes da expansão dos Estudos de Ciência e Tecnologia (STS, da consagrada sigla em inglês), em observar gestos efetivos e seus equipamentos materiais em vez de representações coletivas ou interações simbólicas. A partir daí, pude ampliar minha investigação para toda a cadeia de formalizações destinadas à produção de informação digital sobre a identificação social (denominada “socioprofissional”) dos seres humanos. Essa cadeia produtiva estatística do Estado serve para construir e avaliar políticas públicas. Ela difere, portanto, enormemente das cadeias algorítmicas contemporâneas que, municiadas por *big data*, destinam-se

a um governo invisível e na maioria das vezes desprovido de conduta, alegando prescindir de qualquer codificação e classificação *a priori*.

A análise sistemática dessa cadeia de informação, que molda – para usar um termo arcaico perfeitamente adaptado – passo a passo a identificação social, permitiu colocar em evidência a diversidade de “formatos de informação” e as *trans-formações* de uns em outros (Thévenot, 1983). O primeiro passo levou a mim e meus colegas, questionário em mãos, ao domicílio da pessoa de carne e osso em seu lar: identificamo-la por referência a imagens conformadoras de casos típicos, ícones de ofícios ou profissões. Ela pode buscar estrategicamente influenciar essa imagem, como no caso de uma assistente de produção de rádio que sobrecarregou a resposta sobre seu diploma para enfatizar a especificidade artística da “profissão musical”, e que sobreclassificou seu companheiro na categoria “engenheiro ou executivo” que não correspondia ao título de sua atividade. O passo seguinte levou-nos aos escritórios de “produção de números”, verdadeiras fábricas de números, onde grupos de “codificadores” operavam em uma linha de montagem, enquanto enfrentavam questionários complexos como o citado e cujas respostas podem ser parcialmente contraditórias. Pois em vez de codificar de forma independente de acordo com as perguntas, esses técnicos procuravam então “imaginar” a pessoa, “ter uma ideia” dela pictoricamente, por sua vez convocando ícones de ofícios ou profissões enquanto se apoiavam em indícios indiretos (como respostas a perguntas relacionadas com o emprego), como se fossem um investigador de polícia. O próximo passo levou-nos a reuniões, por vezes tempestuosas – não públicas –, no âmbito do processo de criação da nova classificação socioprofissional oficial francesa. Uma vez que um alto funcionário do Insee – anteriormente excluído do Partido Comunista, André Vanoli – tinha, pela primeira vez, aberto democraticamente a produção da nova nomenclatura à discussão com representantes das profissões, pude observar em campo, como corresponsável por essa produção (sob a direção de Alain Goy), os debates muito vivos sobre os *símbolos* constitutivos dessas categorias oficiais, as “lutas simbólicas de classificação”, no sentido de Pierre Bourdieu e Luc Boltanski (1975), mas também as argumentações e as provas de sustentação que conduziríamos eu e Boltanski dez anos mais tarde para o quadro teórico completamente diferente das “ordens de grandeza” e que se desviou daquele de Bourdieu ao modelizar um senso de justiça na origem de justificações e críticas em nome de um bem comum (Boltanski & Thévenot, 1987, 1989).

...Se estendendo através de fronteiras disciplinares e culturais

Para analisar a cadeia formada desde a apresentação presencial até o número oficial, passando pelas diferentes etapas de sua “apreensão” (conforme o termo técnico), utilizei os três tipos de classificação de signos de Charles Sanders Peirce: o ícone, tipo de signo que opera por semelhança; o índice, desprovido de relação de semelhança, mas com relação de contiguidade; e o

símbolo, implicado em uma relação convencional. A distinção entre tipos de signos pode, com efeito, diferenciar formas e formatos de informação de acordo com o seu grau de distanciamento e abstração. Contudo, a extensão do nosso quadro analítico afasta-se da semiótica de Peirce. Por um lado, os signos ou referências dizem respeito a uma formatação material e cognitiva que contribui para a coordenação dos comportamentos à custa dos sacrifícios envolvidos no que chamei de “investimentos de forma”. Por outro lado, a coerência entre os tipos de forma delineia modos de coordenação orientados para bens, para valorações. Essa extensão conceitual presumiu cruzar fronteiras disciplinares e culturais, como demonstra meu percurso por uma variedade de domínios profissionais e analíticos e organizações de pesquisa, bem como por países. Esse necessário percurso transversal através de fronteiras consideradas “disciplinares” e “culturais” se mostrou necessário para trazer à luz problemas fundamentais comuns, encontrados e tratados de forma diferente pelos humanos conforme suas condições, e está na origem do pluralismo evidenciado pelo quadro analítico.

O percurso entre disciplinas (economia, sociologia, antropologia, ciência política, filosofia moral e política, direito) estava destinado a evidenciar, para além das divisões por domínios e vocabulários conceituais, um mesmo questionamento. Normalmente distinguidas ou mesmo colocadas em oposição por seus modelos teóricos e por seus métodos empíricos, as disciplinas do humano partilham um mesmo fundamento, que eu me colocaria em busca por explicitar (Thévenot, 1995b, 2006a: cap. 2). Cada uma se constitui privilegiando um certo modo de coordenação praticado pelos seres humanos com seu ambiente segundo uma forma adequada. A realidade formatada muitas vezes permanece implícita e à sombra do sujeito, embora lhe forneça o essencial complemento de objeto. Para revelar o núcleo comum daquilo que essas disciplinas separaram “epistemologicamente”, é necessário, portanto, destacar as respectivas realidades e realismos dessas disciplinas, uma realidade apreendida de várias maneiras nas formas investidas no complemento do sujeito humano.

Uma vez que fomos capazes de captar a medida do papel dessas formatações na vida conjunta, a pesquisa também teve que se tornar transcultural para comparar em mundos muito variados as formas investidas para se participar no comum e para se diferir. Realizamos projetos comparativos de colaboração com Estados Unidos, Rússia, Brasil, Portugal, ampliados por colaborações duradouras com países escandinavos – Dinamarca e Noruega –, além da Finlândia. Para os mundos humanos que as partilham, as formas são naturais, particularmente com a partilha por meio da linguagem. E lançamos mão de métodos e dispositivos de pesquisa não apenas para comparação, mas para destacar o que nos torna comparáveis. Estabelecemos assim um “método de estrangeiro” (Thévenot, 2017b): o choque (por vezes violento) entre compreensões divergentes entre pesquisadores nativos e estrangeiros, que se

manifestam em vigorosos mal-entendidos, conduziu a esclarecimentos sem precedentes. Pois para “descontar” esses choques, no sentido de Stavo-Debauge (2012), é ainda necessário que as colaborações internacionais constituam comunidades de investigação que se desviem do tipo de “consórcio” exigido pelos projetos europeus, para se tornarem verdadeiras companhias (grupos de companheiros), no sentido literal de partilhar o que nutre o corpo e a alma, desde criações culinárias multiculturais até à sauna, passando pelo canto (Luhtakallio & Thévenot, 2018).

Ultrapassar os limites do construtivismo na direção do realismo da coordenação incerta

A matriz desse projeto pode ser encontrada nas publicações que logo se seguiram à primeira. O artigo “Une jeunesse difficile: Les fonctions sociales du flou et de la rigueur dans les classements” [“Uma juventude difícil: as funções sociais da imprecisão e do rigor nas classificações”] (Thévenot, 1979) já traz vestígios disso. Publicado em *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* – sem qualquer correção a ser feita, nas palavras de Monique de Saint-Martin, responsável na época por garantir a conformidade dos artigos da revista –, o texto é escrito na “língua de Bourdieu”, e é muito marcado por sua teoria, enquanto eu fazia meus cursos com ele para que essa matriz fosse claramente distinguível. A tensão suscitada pela formatação convencional, porém, se mostra através dos nomes utilizados na linguagem cotidiana e do paradoxo da codificação (estatística) no encontro dessas nomeações-classificações com a continuidade do mundo.

Alain Desrosières gostava de recordar o provérbio que Bourdieu ensinava na escola dos economistas estatísticos, aquele segundo o qual era necessário olhar para os óculos (classificadores) por meio dos quais se olha o mundo. Desde aquela época, as ciências sociais aprenderam em grande parte essa lição, e o florescimento das “construções sociais de...” ou das “invenções de...” testemunhou esse credo unificador do construtivismo social. O imperativo é então que as convenções arbitrárias sejam desnaturalizadas para que os seres humanos sejam liberados, e libertados da sua dominação. Esse credo é frequentemente apresentado como o motivador primordial de nosso empenhamento. Ora, foi antes como desvio em relação a ele que meu programa se desenvolveu. Meu artigo que estabelece o conceito de “investimento de forma”, inicialmente destinado a um número da *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* dedicado às relações entre sociologia e economia e cuja edição Bourdieu tinha me confiado, foi, ao final do processo, recusado por ele próprio, marcando a ruptura com ele. Essa diferença deve-se a uma mudança de perspectiva destinada a situar a forma convencional no quadro de análise da coordenação incerta das ações. Essa virada motivou o termo “pragmático” atribuído ao movimento sociológico nascido dessa ruptura. Ele se afasta, portanto, também da sociologia de Durkheim que, certamente, confere um lugar

de destaque às formas simbólicas convencionais, mas para confundi-las com o coletivo e sem as situar em uma preocupação pragmática com a coordenação. A economia das convenções, para a qual esse conceito de investimento de forma também contribuiu, também não é mais simplesmente durkheimiana.

O conceito de ‘investimento de forma’ em vista da herança das formas simbólicas neokantianas...

Bourdieu colocou-se ele próprio em uma linhagem durkheimiana que herdava formas simbólicas, enfatizando a guinada agonística por ele oferecida a seus fundamentos coletivos, ao relacioná-los a classes sociais dotadas de interesses divergentes. Mas nosso projeto foi marcado por uma linhagem completamente diferente, ainda que com a mesma herança kantiana, beneficiando-se, entretanto, da abertura plural dos neokantianos. Não, então, passando diretamente por Georg Simmel e por seu aluno Ernst Cassirer, mas por meio de sua herança indireta no Michel Foucault das “epistemes” e nos “modos de aproximação” (Foucault, 1966) – e não a herança posterior de “governamentalidade” explorada principalmente pela corrente inglesa.

Agora familiarizado com a obra de Simmel, a de Cassirer e de suas críticas dirigidas a Durkheim e a John Dewey, esclarecerei o conceito de *investimento de forma* em vista do pluralismo das formas simbólicas. Ela foi inicialmente forjada inspirando-se na e ampliando a ideia econômica – igualmente adotada pela psicologia freudiana, em uma economia da energia psíquica – de uma relação entre a renúncia à satisfação imediata e a vantagem resultante de um desvio na produção: os retornos benéficos em termos de estabilidade e generalidade das relações entre os humanos e o seu ambiente provêm do dispendioso desvio pelas operações de colocação em formas variadas, materiais e não apenas simbólicas. Da conformação por molde ou modelo ao imperativo do costume ou da regulação, passando pela norma de uma instrução ou de um padrão, diversas modalidades de sacrifício pesam no acesso a uma generalidade. Pois uma tensão comparável percorre a filosofia das formas simbólicas de Simmel e Cassirer, bem como uma atenção análoga em relação a uma pluralidade de “sistemas de formas” (Thévenot, 2026). Trata-se das ligações entre *formas investidas* “congruentes”, capazes de “justificar ações” ao serem favorecidas por sua similitude, que caracterizamos primeiramente por sua estabilidade temporal, pela extensão espacial da sua validade e pela consolidação da sua objetividade material; em seguida, por meio de *ordens de grandeza*, uma vez que se tratem de formas reivindicando uma legitimidade superior, apoiando-se no “bem comum” conforme várias “fórmulas de investimento” (Thévenot, 1983).

Acrescentarei, ao introduzir a última inversão de perspectiva que pretende examinar o vivente (humano ou não) em sua formatação humana, que implica contenção e transbordamento (Thévenot, 2017b), que é em Simmel, diferentemente de com Cassirer (Thouard, 2012), que encontramos a

expressão mais trágica da tensão entre as formas simbólicas e a vida na “tragédia da cultura” (Simmel, 1988).

...E o diálogo crítico com Bruno Latour e a ANT

No início da década de 1980, Bruno Latour e Michel Callon desenvolveram um projeto de pesquisa com o qual este aqui apresentado e baseado em “investimentos de forma” entrou por muito tempo em diálogo amigável e debate crítico. [O artigo] “Unscrewing the Big Leviathan” (Callon & Latour, 1981) delineou os contornos da Teoria Ator-Rede (ANT), em um encontro original com a filosofia política e o mundo não humano. Eles pretendiam “retificar” a filosofia política expressada por Hobbes em seu *Leviatã*, mobilizando os conceitos de “rede” e “tradução”. Em *Irréductions*, Latour retoma a questão do “mesmo” que Foucault colocara no centro de *As palavras e coisas*, mas para ligá-la a “comprovações de força” e a “traduções”: “Nada é, em si, idêntico a ou diferente de qualquer outra coisa. Em outras palavras, não há equivalentes, apenas traduções; as palavras ‘mesmo’ e ‘outro’ são consequências de comprovações de força, de derrotas e vitórias” (Latour, 1984: 1.2.1, 162; 1.3.7, 169). Callon e Latour (1981: 284) distinguem a política dos humanos da dos babuínos pela capacidade dos primeiros de “substituir o tanto quanto possível alianças instáveis por muros e contratos escritos, categorias de pessoas por uniformes e tatuagens, e amizades reversíveis por nomes e signos”. Mas falta ao modelo de rede a identificação diferenciada das formas sobre as quais se constroem alianças, vínculos ou agenciamentos. Caracterizar as formas investidas lança luz sobre sua congruência desigual e sobre a desigual facilidade de sua montagem coerente unificada pelo mesmo modo unificador de avaliação. A metáfora da “tradução” entre línguas não especifica a coerência de cada “língua” nem as dificuldades desiguais de se passar de uma para outra. O termo “híbrido” também não esclarece a lacuna entre diferentes mundos de coerência que a hibridização deve preencher. Foi apenas quase 30 anos depois, como resposta aos pluralismos de *ordens de grandeza* (que propus com Boltanski) e de *regimes de engajamento* (que desenvolvi isoladamente), que Latour introduziu uma pluralidade de “modos de existência” (Latour, 2012). Mas esta extensão dá origem a incompatibilidades com o primeiro modelo, que continua a ser o principal, o da rede.

A PERSONALIDADE COMPOSTA SEGUNDO OS VÁRIOS REGIMES DE ENGAJAMENTO EM UM AMBIENTE APROPRIADO: AÇÃO, PRÁTICA E IDENTIDADES RECONSIDERADAS

O senso de justiça modelizado pelo que eu e Boltanski chamamos de *economias da grandeza* (EG) exige a capacidade de transitar entre diferentes ordens de grandeza para poder criticá-las. O modelo decepciona os sociólogos que nele buscam uma teoria do ator e de sua identidade. Por sua vez, o modelo

da ANT rejeita imediatamente as noções de ator e identidade em favor das noções de actante e aliança. Para superar esses limites, o movimento que segui depois das EG não consistiu tanto em retornar ao ator, mas em levar em consideração a variedade de modos de relacionamento mantidas pelo ser humano com um ambiente do qual depende tanto quanto se esforça para dominar. O modelo dos investimentos de forma (IF) já mostra que o ambiente importa na medida em que foi colocado em forma. Nas EG, essa formatação é baseada em uma valoração comum. As “naturezas” são realidades humanas “qualificadas” ao serem tornadas determinantes para justificações e críticas em nome de um bem comum. Conferir atenção a essa dependência ecológica dos humanos em relação às materialidades é um legado não do pragmatismo americano, mas da ênfase depositada sobre a prática em Maio de 68, em conformidade com uma crítica marxista. Esta última, aliás, alimentou uma sociologia do trabalho e uma economia do trabalho com que eu próprio travava contato então, na relação com minhas primeiras publicações sobre esse objeto. Ambas eram críticas e mais concentradas no equipamento material e organizacional das relações humanas do que o núcleo de suas disciplinas de origem. Foi assim que a noção de coordenação com um ambiente devidamente ajustado a formas e não apenas com outros seres humanos em interação assumiu um lugar de destaque na análise.

A pesquisa transdisciplinar (filosofia, antropologia, sociologia e economia) permitiu lançar luz sobre as formas da realidade complementar do sujeito humano que permaneciam a sua sombra nos modelos de ação e prática oferecidos pelas diversas disciplinas do humano. Outra pesquisa, desta vez empírica, permitiria enxergar as formas de objeto, de coisa e de realidade em que o ambiente é apreendido cotidianamente segundo diversas relações práticas de utilização funcional, de utilização familiar, de exploração curiosa.

‘Os objetos na ação’: pesquisas sobre seus usos e sobre o ‘governo por normas’, seminário internacional e publicações sobre ação e cognição ‘situadas’

Em ligação com meu seminário na EHESS, no início da década de 1990 foi lançado um projeto coletivo de pesquisa. Essas pesquisas se concentraram na grande variedade de relações colocadas à prova com um ambiente de objetos (Marc Breviglieri, Romuald Normand, Nicolas Auray), bem como nos desacordos ali experimentados. Em resposta a estes reveses, eles também se concentraram nos esforços para aliviar decepções desafiadoras graças a investimentos de forma – em escala transnacional – em padrões de segurança (Emmanuel Kessous e Thévenot) destinados a civilizar objetos fabricados em um “governo por normas” (Thévenot, 1997, 2021) de mundos humanos que se baseia na certificação de coisas (Cheyns & Thévenot, 2019), à qual voltaremos ao falar sobre as extensões do liberalismo. Um seminário interdisciplinar, internacional e plurianual, intitulado *Les Objets dans l’Action*⁴ [Os objetos na

ação] permitiu também ampliar o debate entre vários quadros analíticos oferecendo pleno espaço ao ambiente material em ações, práticas, dispositivos e construções humanos. Além de colaboradores do Grupo de Sociologia Política e Moral (GSPM) – Nicolas Auray, Marc Breviglieri, Francis Chateauraynaud, Bernard Conein, Nicolas Dodier, eu mesmo –, dos Science and Technology Studies (STS) – Geoffrey Bowker, Karin Knorr-Cetina, Susan Leigh Star –, da ANT no Centre de Sociologie de l’Innovation (CSI) – Madeleine Akrich, Bruno Latour –, da etnometodologia – Christian Heath – e da sociologia do trabalho inspirada em Bourdieu – Michel Gollac, Jean-Pierre Faguer –, o seminário convidou autores californianos de cognição situada – Philip Agre – e distribuída – Donald Norman – com quem Bernard Conein manteve contato e que foram traduzidos e publicados naquela ocasião (Conein, 1990).

Começava a tomar forma, então, como em outros locais, de língua inglesa e mais conhecidos, a virada agora conhecida como “paradigma da cognição 4E”, reunindo perspectivas que abordam a cognição como um fenômeno “*embodied* [incorporado], *enactive* [enativo], *embedded* [“embutido”], and *extended* [estendido]” (Menary, 2010). Italo Testa (2021) coloca acertadamente essa constelação em uma perspectiva “pragmatista” e relaciona-a com o pragmatismo americano de John Dewey e a fundação de uma “ontologia do hábito”. No entanto, ele não menciona a contribuição original da “sociologia pragmática”, francesa, que, ao longo dos últimos 30 anos, lançou mão [do reconhecimento] de um pluralismo de engajamentos dos seres humanos com seus ambientes, sem reduzi-los a um único *engajamento familiar* da habituação.

A pluralidade de regimes de engajamento e a extensão da crítica às opressões

As pesquisas e análises anteriores sobre as dependências do agente em relação ao seu ambiente material influenciaram o que inicialmente se apresentou como um “retorno à ação” (Dosse, 1995). Mas para além da identificação de uma pluralidade de “lógicas de ação”, a conceptualização em termos de “engajamento” enfatiza um modo de coordenação dinâmica com um ambiente de forma apropriada para o benefício de um bem para o agente, comumente reconhecível, mas não necessariamente um “bem comum”. E em vez de partir de um sujeito constituído em sua identidade, o conceito de *engajamento* caracteriza diferentes modos de coordenação consigo mesmo que conformam a pessoa apoiando-se em uma certa dependência do ambiente. Cada um contribui para a consistência da pessoa, garantindo um tipo de continuidade de uma situação para outra. Cada um conta com uma diferente relação com a realidade no entorno, moldada de maneira a *colocar à prova o engajamento*. Cada um está na origem de um certo *bem* para a pessoa que depende do poder de coordenação engajada: um conforto habitado pelo passado para o *engajamento familiar*; uma projeção no porvir para o *engajamento no plano*; uma excitação com o novo no presente para o *engajamento exploratório* (Auray 2011)⁵.

Enfatizamos que o engajamento no plano não é tão limitado quanto a ação racional instrumental dos economistas. Seu bem está na formação de um porvir elementar para o indivíduo que nele embarca pela concretização de uma intenção sem se investir a formalidade convencional de um contrato ou mesmo de um projeto como o entendemos hoje na busca de financiamento ou nas chamadas políticas de ativação.

Nenhum desses três regimes de engajamento permite uma coordenação no comum sem transformação ou recurso à mediação. Eles não são, portanto, sociais no sentido de coletivo. São sociais em um sentido mais amplo do termo “social”, na medida em que sejam reconhecidos como fontes de bens pessoais e poderes de coordenação consigo mesmo, com os quais se deve contar.

A análise do regime de engajamento em sua dinâmica permite evidenciar uma tensão antropológica fundamental pesando sobre todas as formas que investimos e que conformam a natureza do ser humano. Ela se manifesta nos dois sentidos quase contraditórios do termo convencional: objeto de fé, factual *versus* arbitrário e inautêntico. O “paradoxo da codificação”, já mencionado sobre “a imprecisão e o rigor nas classificações” (Thévenot, 1979), deve-se na verdade às duas faces indissociáveis do engajamento. A primeira, da aquietação, é o repouso na confiança, fechando-se em marcos merecedores de fé, “fechando-se os olhos” na conclusão do julgamento. A segunda, de inquietação, é uma dúvida colocadora à prova se insinuando a respeito do que foi sacrificado, “abrindo-se os olhos”. Mas em vez de desconstruir o convencional aderindo à segunda face, a da dúvida, o engajamento supõe tratá-la em conjunto com a primeira. Assim, o veredicto sobre os termos da convenção está no cerne da instituição, ao mesmo tempo que se levantam dúvidas sobre a sua facticidade. Essa tensão, no entanto, não se limita ao nível institucional. Ao se seguir a pluralidade de regimes de engajamento descendo-se do público até o mais intimamente pessoal do engajamento na familiaridade, a tensão se manifesta entre fechar os olhos na rotina e os abri para revisar ou corrigir um gesto habitual, introduzindo a dúvida, de uma forma primária de protorreflexividade nas proximidades da expressão linguística geralmente associada a esta noção. Internamente a cada regime de engajamento, a tensão não é, portanto, redutível à oposição em Peirce e Dewey entre a crença no hábito e a dúvida que leva à investigação e resolução do problema público.

Essa abertura analítica aos regimes de engajamentos plurais permite estender a crítica a dois tipos de opressão. A primeira se deve à redução do movimento de engajamento a um só mesmo tempo fixado por um referencial que passa a ser a única coisa com que contamos, de olhos fechados. Essa redução à primeira face do engajamento é fonte de opressão e permite especificar uma pressão por “reificação”. Ela assumiu uma escala sem precedentes com a expansão global do governo por normas e pela objetividade e seu pesado equipamento de prescrições, avaliações e medições que invadem os campos de trabalho e das organizações, bem como das políticas sociais,

de saúde e educação, ou as atividades das ONGs para reduzir suas atividades a *benchmarks* e outros parâmetros de referência (Thévenot, 2015a).

Um segundo tipo de opressão relaciona-se, desta vez, com a redução dos vários regimes de engajamento e de seus respectivos bens a apenas um deles. A tirania exercida por um engajamento sobre outro manifesta-se uma vez que um regime de engajamento sufoque outro regime fundado em outro bem (Thévenot, 2011b). Assim, por exemplo, a insistência contemporânea na autonomia (entendida então como simples independência), na ativação, no contrato, no projeto e na escolha favorece o engajamento no plano e projetos individuais. O resultado é a opressão sobre engajamentos publicamente justificáveis por um bem comum, bem como sobre o engajamento com a familiaridade e os seus apegos localizados e personalizados.

A tirania oposta é exercida a partir de vínculos com o próximo engajado em um regime de familiaridade que reduz ao mesmo tempo o bem comum dos engajamentos justificáveis e aquele associado ao engajamento no plano individual. Muito longe de ser teórica, essa opressão pesa hoje fortemente sobre a política democrática e a autonomia individual, que coloca em perigo, em um recuo acompanhado por um forte descrédito nas instituições. Mobilizada pelo populismo de líderes que afirmam estar mais próximos de seu povo, a valorização do próximo é reforçada pelas novas redes de comunicação e influência, que interferem no estreitamento de vínculos familiares, até mesmo na adesão íntima a uma fé. Essa perigosa opressão (Ylä-Anttila, 2017), agora difundida novamente por todo o mundo, já preocupava a Paul Ricoeur no rescaldo da Segunda Guerra Mundial quando se inquietava, em “Le socius et le prochain” (Ricoeur, 1954), com a retirada para comunidades religiosas que magnificam a intimidade calorosa e desconfiam de instituições anônimas (Abel, 2012).

A identidade pessoal composta por engajamentos plurais

Cerca de dez anos antes do encontro pessoal com Bourdieu, rico em ensinamentos, outro encontro pessoal levou-me à presença de Ricoeur, em uma das conferências que ele generosamente concordou em apresentar a círculos não especializados. O filósofo, notavelmente aberto às ciências sociais, e o sociólogo que lia filósofos, mas sem franquear o acesso a eles a seus alunos, cada um contribuiu, em seu profundo contraste, para forjar em mim a ideia e o ideal do pensador do humano e para me projetar nessa atividade. Sobre a identidade pessoal que aqui nos interessa, os dois autores aparentemente opõem-se rigorosamente. Profundamente distante da estabilização identitária pelo *habitus*, *O si-mesmo como um Outro* (Ricoeur, 1990: 143) rompe com concepções estáticas e coletivas de identidade ao distinguir do modelo de permanência por meio do caráter (ou *idem*) o da continuidade por meio da manutenção de si (ou *ipseidade*) que se liberta da mesmidade. O autor apoia esta *ipseidade* pela promessa que se espera que eu cumpra para ser possível

contar comigo. A concepção de regimes de engajamento amplia a concepção de promessa, partindo de uma coordenação consigo mesmo suportada por uma relação com o ambiente apropriadamente colocada em forma. A correspondência consigo varia conforme o regime de engajamento segundo o qual uma pessoa responde por si mesma em outra situação e em outro momento. E com ela, o reconhecimento por parte de outros (Thévenot, 2018b). E devido a suas diversas orientações e profundidades temporais, os regimes de engajamento dão sustentação a diversas relações de confiança em si mesmo e nos outros. A composição de uma identidade pessoal dinâmica resulta da *montagem sobreposta* desses engajamentos plurais. No mosaico dos diferentes regimes de engajamento, cada um garante uma certa continuidade da pessoa especificada por um horizonte temporal e espacial diferente.

Cerca de dez anos depois dessa conceptualização, desenvolvida no início da década de 1990 (Thévenot, 1990a, 1997, 2006a), o filósofo Charles Larmore (2004, 2010) propôs também, inspirado em Jean-Paul Sartre, mas também em Ricoeur, uma abordagem da identidade pessoal baseada na noção de “engajamento”. Ele escreve que “é uma relação consigo mesmo essencialmente *prática* – ou mais precisamente *normativa*, na medida em que se engajar significa nos obrigar a respeitar o que o engajamento nos dá razão para fazer” (Larmore, 2004: 9), uma relação que pode permanecer “implícita” (Larmore, 2004: 118). Larmore também expressa a identidade pessoal como uma composição de engajamentos diversos: “Nossa continuidade ao longo do tempo não é a permanência de algum self como substrato. Em vez disso, ele surge da sobreposição parcial dos nossos diferentes engajamentos, tecendo-se a si mesmo através das diferentes reviravoltas da nossa vida” (Larmore, 2010: XVI). Ele retoma essa ideia de composição de diferentes engajamentos no final da obra por meio da imagem da corda tecida: “A continuidade do self é tecida como uma corda – pelo entrelaçamento parcial de seus vários fios, sem que nenhum deles se estenda do começo ao fim” (Larmore, 2010: 175). Ele então se refere às *Investigações filosóficas* de Wittgenstein: “[A]o fiar um fio, torcemos fibra sobre fibra. E a resistência do fio não reside no fato de que uma única fibra percorre todo o seu comprimento, mas na sobreposição de muitas fibras [...] Algo percorre todo o fio – a sobreposição contínua dessas fibras”⁶ (Wittgenstein, 1968: §67).

Larmore, contudo, não leva em conta a pluralidade de modos de engajamento e seus respectivos bens, nem seus regimes dinâmicos, o que significa que a consistência da identidade pessoal não consiste apenas em tecer engajamentos com recobrimento parcial de suas fibras. A composição entre regimes envolvendo formatos e bens muito contrastantes, dos mais públicos aos mais íntimos, envolve arranjos exigentes e difíceis, proporcionais às mudanças de regime pelas quais passa o agente. Além disso, cada engajamento tem seus momentos desafiadores no confronto com a realidade. Em um formato bem diferente do público convencional de provas de qualificação em termos de

grandeza, a prova de engajamento familiar é testada uma vez que o gesto “emperre” em vez de se mostrar fácil. E se, por acaso, vários engajamentos são desfeitos ao mesmo tempo, essas rupturas simultâneas resultam em uma ruptura trágica de identidade em um ataque devastador à personalidade inteira (Thévenot, 2014a).

A COMUNIDADE COMPOSTA SEGUNDO ‘GRAMÁTICAS DO COMUM PLURAL’ EM DISPUTA

Vimos como a diferenciação dos engajamentos ofereceu uma resposta original ao questionamento da continuidade relativa e da identidade dinâmica da pessoa, uma questão que não tinha lugar nas *economias da grandeza*. Ora, outra insatisfação suscitada pelas EG e sustentada mais por cientistas políticos que por sociólogos dizia respeito não à personalidade, mas à comunidade. Com efeito, o modelo das EG especifica um senso de justiça compatível com o ideal de humanidade comum, mas sem levar em consideração as comunidades políticas reais em sua relativa continuidade, em sua delimitação identitária e em seu tratamento aos estrangeiros. Essas considerações levaram a um desenvolvimento ulterior do quadro analítico a partir de uma série de pesquisas comparativas e colaborativas internacionais sobre a construção pragmática do bem comunitário em culturas políticas distintas. Da mesma forma como a abordagem pragmática dos múltiplos engajamentos pessoais sustentados pelo ambiente permite compreender a personalidade em sua composição plural e em sua dinâmica, também a comunidade política é esclarecida por uma abordagem pragmática de sua composição baseada nas formas como as pessoas participam na confecção dinâmica e plural de seu bem. Essa construção do benefício de um comum plural exige a transformação das preocupações ligadas aos bens de engajamentos pessoais a fim de se investir o formato necessário para se participar no comum, para diferir e contribuir para a composição de seu bem.

Nossa compreensão pragmática da política e da politização coloca em seu centro o pluralismo e a disputa. Imaginada sem violência conforme uma mirada democrática, a discordância é particularmente acentuada no “pluralismo agonístico” de Chantal Mouffe ou no “dissenso” de Jacques Rancière. Ao darmos atenção à coordenação que, mesmo na disputa, se baseia em formas comumente investidas, inscrevemos os momentos de “ruptura” por levante ou revolta na formação e manutenção de um plural comum segundo diversas gramáticas, oferecendo uma “teoria das ferramentas culturais de ação no contexto de situações de conflito” (Eranti & Meriluoto, 2023).

O poder hierárquico das formas comuns

As formas comuns, que investimos para participar no comum em disputa e que caracterizam diversas *gramáticas do comum plural*, ocultam um poder pri-

mário sobre o fazer dos outros, para além do poder de fazer por si mesmo que sustentam os engajamentos pessoais. No centro da sociologia crítica de Bourdieu, a dominação pelas formas simbólicas está bem estabelecida. A perspectiva aqui apresentada, entretanto, é outra. Levamos em consideração formas mais diversas e desigualmente simbólicas. Além disso, colocamo-las na base da condição humana e de seu equipamento fortemente consolidado de coordenação do comportamento, marca distintiva em relação aos demais viventes. O poder inerente a essas formatações envolvidas na composição de uma comunidade surge de uma ordem hierárquica. Ele liga o mais comum ao menos comum, o primeiro “compreendendo” o segundo⁷. Portanto, esse tratamento se insere na mereologia, disciplina dedicada às relações entre partes e todos. Nesse sentido, devemos eliminar uma ambiguidade do termo hierarquia e enfatizar a diferença entre essa relação hierárquica de ordem mereológica e aquela de subordinação e comando, mobilizada por Max Weber para lidar com a ordem burocrática. Discernamos claramente a diferença entre essas duas formas de hierarquia nas “ordens de grandeza”. Se todos levarem em conta as diversas maneiras pelas quais o mais comum inclui o menos comum, as ordens de *grandeza industrial* e *doméstica* também incluem uma hierarquia de subordinação que não encontramos na *grandeza cívica*, por exemplo, onde o eleitor não está subordinado ao eleito. A pujança das formas comuns ultrapassa em envergadura a da subordinação entre duas pessoas que contratualizam as relações de trabalho. O modelo principal-agente, amplamente utilizado na teoria econômica e organizacional para formalizar essa subordinação, ignora o quadro mais global de formas comuns que abrange os dois protagonistas e exerce poder sobre ambos. Ao recentemente propor uma teoria do poder, o sociólogo Isaac Reed (2020) teve que complementar seu modelo com dois acréscimos significativos que vão ao encontro da abordagem aqui apresentada: (i) um terceiro termo é acrescentado ao “reitor” (*principal*, em inglês) e ao agente, denominado “outro” e que introduz por estrangeiridade os limites da comunidade constituída pelos dois protagonistas; (ii) uma forma simbólica de comum abrangendo o todo, relacionada ao “segundo corpo do rei”, de acordo com a formulação de Ernst Kantorowicz.

AS TRANSFORMAÇÕES DE ENGAJAMENTOS PESSOAIS EM FORMATOS NECESSÁRIOS PARA UM BEM COMUM PLURAL

As gramáticas do comum plural não enquadram o mesmo objeto que os regimes de engajamento em que se fundamentam por meio de uma transformação significativa para passar do impulso de uma pessoa para a dinâmica de uma comunidade. Mesmo o regime de engajamento em justificação, orientado para o bem (comum) de uma única ordem de grandeza, difere da gramática das grandezas plurais que valora sua pluralidade no âmbito de uma comunidade sem se encerrar em uma grandeza única. O modelo de diversas

gramáticas do comum plural especifica essa transformação rumo a um formato que abre o comum ao plural, por meio das duas operações que especificam uma gramática: a *comunicação*, no sentido da colocação em forma comum das preocupações pessoais, necessária para compreender os participantes plurais até em suas divergências; e a *composição*, que integra as diferenças e disputas entre as pessoas em comunicação. “Compór com” consiste em formar um todo a partir de diferentes componentes, mas também em chegar a um acordo entre as partes distintas em uma disputa. Essas duas operações são realizadas apenas por meio de mediações específicas de cada gramática. A transformação para um formato comum e a passagem por essa mediação remodelam o engajamento para que este encontre seu lugar no comum. Na gramática das grandezas, a pessoa não deve apenas engajar-se na justificação, mas se abrir deliberadamente a outros mundos e grandezas possíveis, por meio da mediação de acordos/compromissos e sem permanecer em estado de comprovação/à prova em uma grandeza única. Essa política do compromisso e da tradução conjunta é um ponto que Ricoeur enfatizou em seu comentário a *Sobre a justificação* (Boltanski & Thévenot, 2020a).

A gramática liberal de indivíduos movidos pelo interesse em opções conhecidas dos colocados em comum

Marcar a distinção entre regimes de engajamento e gramáticas do comum plural evita confundir a política com um modo de ação estratégica de indivíduos movidos pelo interesse, ideia comumente naturalizada na orientação dominante dos estudos de movimentos sociais. Na continuidade do projeto colaborativo e comparativo franco-americano codirigido com Michèle Lamont e na perspectiva dinâmica da composição do bem de uma comunidade em disputa, os contornos de uma gramática liberal puderam ser esclarecidos: o comum plural repousa sobre a formatação pública de indivíduos autônomos que fazem escolhas de acordo com as suas preferências ou interesses individuais, entre opções que, conhecidas comumente, tornam possível a negociação.

A tradição do liberalismo político, sem se mencionar suas reduções a vários economicismos, é suficientemente ampla para acomodar teorias de justiça tão contrastantes quanto as de John Rawls (1971) e Michael Walzer (1983), das quais encontramos elementos-chave [*gramaticais*], embora distintos, no modelo das EG: (i) a exigência do bem comum destinada a apaziguar a tensão entre a ordem de grandeza e a humanidade comum, expressada no 2º princípio de Rawls (benefício das desigualdades em proveito dos menos afortunados); e (ii) o pluralismo das esferas de justiça (Walzer) e a tirania (Blaise Pascal) de uma ordem que se impõe fora do seu mundo e de sua comprovação de realidade. Não é do ponto de vista da justiça – ou da meritocracia – que buscamos a especificidade pragmática de uma gramática liberal, mas na formatação de um público de indivíduos autônomos capazes de escolher entre opções conhecidas por todos. O consentimento informado, que assumiu importância central

nas políticas e politizações contemporâneas, amplia essa formatação de indivíduo optante e, portanto, essa gramática (Cheyns & Thévenot, 2019). Marc Breviglieri (2008) demonstrou seus limites ao analisar o serviço social.

O engajamento do indivíduo no plano serve de base, mas precisa de ser profundamente transformado para se enquadrar no comum plural liberal. Com efeito, os planos pessoais normalmente objeto de engajamento mantêm-se em um quadro de imprecisão que é suficiente para a coordenação pessoal ou com um próximo, mas que requer uma formatação adicional para garantir a coordenação com outros mais distantes e, a fortiori, a composição de um público liberal. O plano projeta o indivíduo em uma opção publicamente exposta, a fim de ser de conhecimento comum, opção oferecendo uma mediação para a expressão pública e para a negociação para o bem da comunidade, com base nos interesses por essas opções expressados pelos indivíduos.

A liberdade de escolha é frequentemente descrita como independência, ou mesmo autonomia, e este último termo se presta a confusões. Tal como sua origem grega, o termo autônomo pode significar: (i) governar-se pelas próprias leis (no caso de Estados e pessoas); ou, mais amplamente, (ii) ser independente, no sentido de agir por conta própria, voluntariamente. A moral kantiana propôs uma acepção rigorosa do primeiro sentido (autonomia), baseada no imperativo categórico de escolha de uma regra capaz de se tornar princípio de legislação universal. A escolha racional da autonomia nesse sentido moral kantiano é feita então contra a arbitrariedade pesando sobre as escolhas ditadas pelos desejos e pela parte sensível do humano, que são então rebaixadas, posto serem determinadas pelas causas. O lugar do princípio da “humanidade comum” no senso de justiça comum modelizado nas EG vai ao encontro desse “princípio de legislação” kantiano. Estamos longe da ideia hoje amplamente difundida de autonomia como a simples independência de uma escolha individual.

Pressões e opressões exercidas pela gramática liberal nas novas políticas ditas neoliberais

Esse último significado de autonomia – e a responsabilidade que a acompanha – é aquele cujo uso se expandiu na psicologia, na administração e nas novas políticas ditas neoliberais, notadamente “workfare” ou “de bem-estar”. As pessoas fragilizadas encontrariam seu último refúgio no engajamento familiar e suas dependências benéficas. No entanto, essa forma de coordenação é severamente reprimida pelo engajamento no plano como formatado pela gramática liberal, que enquadra todas as relações com o mundo e com os outros em termos de escolha individual, de projetos e de responsabilidade. Os dispositivos de avaliação acrescentam à gramática liberal um pesado aparato de definição de objetivos padronizados e sua medição objetiva, que caracteriza o governo por normas e objetivos (Thévenot, 1997, 2024b) e se estende hoje às nossas cidades (Breviglieri, 2021) e a nossa vida cotidiana. Uma opressão sobre o conforto de se engajar na familiaridade resulta de

medidas que afetam os apegos habituais a lugares e a seres humanos familiares. A reação direta aos ataques ao conforto familiar está geralmente longe de ser articulada no discurso público crítico. Uma vez que se limitam ao nível de familiaridade próxima, as expressões corporais de perturbação, desaprovação ou exasperação não seguem as formas públicas de consentimento e dissidência. Podem, então, explodir em violência, em acessos de indignação, depois de terem estado contidos por muito tempo em silêncio.

A extensão multicultural da gramática liberal

Diante da extensão desproporcional experimentada atualmente pelas noções de indivíduo e de individualismo, o esclarecimento pragmático da gramática liberal permite especificar a importante transformação das pessoas empíricas exigida pela formatação de indivíduo optante que permite constituir um comum plural e compor com as diferenças o bem da comunidade. A *mise en forme* das opções públicas distancia essa formatação das preocupações mais pessoais, desqualificadas porque “centradas em si mesmas” ou “demasiado narcisistas”, muitas vezes confundidas no individual. O que esse formato público de opções implica termos de transformação das preocupações, bem como de sacrifícios do mais pessoal, pesa nas adesões e apegos íntimos.

Este é particularmente o caso da extensão multicultural da gramática liberal que exige fazer da “cultura” uma opção pública, o que equivale a fixá-la em formas padronizadas que oprimem os laços íntimos. A International House da Universidade da Califórnia, em Berkeley, é uma residência estudantil deliberadamente concebida para promover a aprendizagem de uma gramática do liberalismo político em sua variação multicultural. Notadamente, demanda-se aos candidatos vestirem um “traje étnico”, o que constrange a pesquisadora residente francesa. Ela passou a infância em Pau, no Béarn [nos *pireneus franceses*], mas se questiona sobre o vestido que lhe permitiria apresentar publicamente sua “cultura” (Thévenot, 2008; Zambiras, 2004). Uma jovem russa formada em dança e também residente ali conheceu um mexicano praticante virtuoso de salsa. Nos jantares de domingo na casa, onde os dois dançam, uma ex-convidada da IH fica em êxtase e os convida para dançar na frente de ex-professores e alunos. A jovem russa comenta com sua amiga francesa que trata de uma questão de espécie:

“Achei excelente (*great*) que esse rapaz mexicano dance com essa garota russa, achei tão culturalmente excelente (*culturally great*). [...] Senti que ele o tratava como uma espécie de macaco, não como um ser humano. E a mim também, porque estava falando de nós dois. Espécimes: “Ah, vamos colocar vocês juntos em uma jaula, nunca vimos uma garota russa com um garoto mexicano”. [Eu dizia a mim mesma:] “Você é a pessoa mais racista que já conheci”. [...] Acontece simplesmente que eu gostava dele, que ele era um cara ótimo, e o fato de ser mexicano não explica sua personalidade. [...] Nós estávamos ligados como dois seres humanos, não como um macaco e um galo, ou algo para ser colocado numa jaula e exibido (Thévenot, 2008; Zambiras, 2004).

A extensão a grupos de interesse e a governos multistakeholder por padrões, abertos a outros interesses para além dos humanos

Outra extensão da gramática liberal passa, tal como a extensão cultural mais recente, por preferências ou interesses mantidos por grupos de indivíduos (Eranti, 2018; Moody & Thévenot, 2000). Essa extensão a grupos de interesse conheceu um novo desenvolvimento, chamado “*multistakeholder*”, de escala global, conduzindo a um governo não estatal e transnacional por meio de padrões de certificação (Cheyns, 2014; Thévenot, 1997, 2015a, 2018a). O exame empírica e analiticamente metódico dessa mudança macrossocial, econômica e política demonstra que o quadro aqui apresentado contribui para lançar luz sobre mudanças históricas em grande escala sem perder o benefício de uma abordagem das pessoas e de seus ambientes implicados. Por exemplo, o caso do governo por padrões de certificação mostra como os pequenos agricultores não são excluídos das “*roundtables*” – eles são reconhecidos como “*smallholders*” – mas, precisamente, são reduzidos em suas vozes. A opressão da gramática liberal dos interesses e, na continuidade, do formato do engajamento no plano (e de seus objetivos mensuráveis), impede a expressão dos bens e males da proximidade capazes de afetar os vínculos do engajamento em familiaridade. Ao acompanhar os pequenos proprietários em todas as engrenagens do dispositivo de governo, incluindo os procedimentos de apresentação de interpelações também ele sujeito à formatação do plano e a sua redução à objetividade, mostramos como a gramática liberal, formalizada no “consentimento livre e informado” (*free prior informed consent*), entra em tensão com as construções do comum plural praticadas pelos povos indígenas (Cheyns & Thévenot, 2019).

A categoria de *stakeholders* que reúne ONGs internacionais preocupadas com o direito do trabalho permitiu introduzir nos padrões certas referências normativas para a proteção dos trabalhadores, mas à custa de uma mudança de formato sempre orientada para o plano e a objetividade – o que não é isento de consequências (Porta, 2019) –, sem que os dispositivos de ordenamento e as sanções estejam à altura do controle necessário. Outra categoria de stakeholder reúne ONGs preocupadas com o meio ambiente. Elas defendem os “interesses” dos orangotangos e, portanto, estendem para além dos seres humanos a comunidade plural governada pelo padrão.

A GRAMÁTICA DOS LUGARES-COMUNS PLURAIS E AS POLITIZAÇÕES BASEADAS NO PRÓXIMO⁸

A análise dos limites, bem como das contribuições, da gramática liberal dos interesses, se beneficiou da identificação de uma terceira gramática do comum plural, que se distingue claramente das duas precedentes pela mínima transformação por ela exigida dos vínculos pessoais para que sejam levados em conta no comum. Esse comum não tem então as características de um espaço público desvinculado das ligações de proximidade, distanciamento

exigido pelas duas gramáticas anteriores. A transformação das preocupações mais íntimas para sua *comunicação* não cria uma ruptura implicando o distanciamento do espaço público. Essa gramática vai ao encontro da preocupação de autores que abordam a politização e a construção política do comum a partir de baixo, lançando mão de uma abordagem etnográfica atenta às ligações locais (Blok & Meilvang, 2015; Eliasoph & Lichterman, 2010; Luhtakallio, 2012), abordagem que tem dado sustentação a cooperações internacionais com Brasil, Portugal, Rússia, Finlândia, Dinamarca e Noruega.

A gramática dos vínculos pessoais com múltiplos lugares-comuns

A *gramática das afinidades pessoais com lugares-comuns plurais* enquadra a comunicação por intermediação de lugares-comuns em relação aos quais as pessoas sentem, cada uma de forma diferente, as afinidades pessoais. O lugar-comum é assentado em uma base material que é objeto de contato prático comum – base eventualmente espacial, para lugares no sentido literal: imagens, cenas de filme *cult*, citações de poesia ou romance, canções ou músicas instrumentais. A comunicação e a manutenção do lugar-comum não se limitam ao discurso apresentado pelas outras duas gramáticas, que enquadram um público distanciado.

Para servir de intermediador de *comunicação*, a convocação do lugar-comum deve ser ajustada à situação entre as pessoas presentes que investem conjuntamente seus vínculos pessoais profundos. O atalho extremo entre a ligação pessoal e o lugar-comum produz uma intensa descarga emocional, amplificada ainda pelas afinidades de outras pessoas que investem no mesmo lugar-comum. Porém, não há garantia de que todos invistam da mesma maneira, nem de que a fonte seja a mesma para todos. Essa é a fonte das diferenças manifestadas pelas associações muito diversas entre essas fontes, que permitem expressar disputas. O “mesmo” do idêntico é assegurado apenas em caso de falha dessa *comunicação*, uma vez que o *lugar-comum* seja reduzido à superficialidade do clichê. O clichê nunca está muito distante dele e sua evocação permite a disputa ao desqualificar como clichê um suposto lugar-comum em favor de outro, então promovido como mais autêntico.

Essa gramática tem se mostrado muito relevante para ampliar a compreensão das politizações, remontando aos vínculos pessoais. Ela permite revisar as concepções de politização e de política para se partir do ponto mais distante possível do público, uma ancoragem imediata e local, e não “individual” no sentido da gramática liberal dos interesses. Além disso, ela esclarece a análise de políticas deliberadamente baseadas em tais laços, particularmente em orientações populistas.

Esse quadro gramatical está longe de estar ausente de nosso mundo contemporâneo. Mas a compreensão limitada das exigências do Iluminismo muitas vezes implicada pela caracterização da modernidade, e que as ciências sociais e políticas nascidas de seu movimento reforçaram, dificultou a levada

em consideração desse tipo de construção de um comum plural. Por fim, a percepção dessa gramática é muito útil para se estudar a construção do comum em culturas diversas sem sofrer preconceitos provenientes de quadros de análise das ciências políticas e sociais demasiado marcados por sua ancoragem original nos chamados países do Norte.

Um olhar em retorno sobre o populismo

Essa terceira gramática permite ainda aprofundar a análise dos autoritarismos, que reaparecem hoje em vigor mesmo em países de tradição democrática. Ela contribui para a compreensão do apoio popular em benefício do líder e que se baseia em investimentos pessoais nos lugares-comuns convocados por ele, sendo um deles o próprio líder em pessoa. Além disso, ela mostra como esses vários lugares-comuns são reduzidos, alinhados e incluídos em um único, mais abrangente e mais vago em seu significado, como destaca Ernesto Laclau (2005). O líder se utiliza dele para afirmar uma autoridade única e indivisa contra todo pluralismo, que define como um inimigo – ao mesmo tempo externo e interno à comunidade – de acordo com um dualismo concebido no pensamento “cismático” (Mota, 2018), não baseado apenas em uma ascendência carismática. A violência de confronto que resulta dessa polarização entre “nós mesmos” repele o horizonte de uma humanidade comum ao valorizar as diferenças e as disputas. Essa violência é então muitas vezes tematizada sob o viés da “sobrevivência” a esse “nós” comunitário.

EM CONCLUSÃO: NOVAS PERSPECTIVAS E UM OLHAR RETROSPECTIVO

Gostaria de destacar os mais recentes desenvolvimentos de meu programa, que por sua vez oferece uma retrospectiva sintética de meu percurso. Os últimos comentários levaram-nos à expressão extrema da violência entre os humanos que, em nome de um “nós” parcial erigido como totalidade, conduz a desumanizações regularmente experimentadas por seres humanos, e sem progressos demonstráveis. Não no sentido de uma redução ao animal, que, salvo raras exceções, não pratica esse tipo de violência política. É em nome da sobrevivência que alguém se coloca a *des-vestir* o outro – e possivelmente a si próprio em condições de vida extremas (Thévenot, 2012a) – das formas humanas de que foi *in-vestido*. Nessa violência extrema, de máxima intensidade e física, não apenas simbólica, o próprio investimento de forma do qual partimos é então desfeito em nome do vivente. Somos assim conduzidos aos dois termos da etapa mais recente de meu projeto, que diz respeito precisamente a este *vis-à-vis* construtivo, mas tenso, entre *aquilo que tem forma humana* e o *vivente*.

A reflexão sobre a genealogia dos regimes de engajamento e seus fundamentos levou-me, em resposta à questão alternativa simplificada sobre a sua origem na natureza ou na cultura, à hipótese de sua relação complexa com a condição do vivente no humano. Esta relação deve-se primariamente à for-

mação de impulsos primordiais extraídos de um fundo de apetites ou faculdades partilhadas com outros seres do mundo animado. Em vez de procurar escapar de “ligas formadas por fontes pulsionais inautênticas” – segundo a expressão usada por Simmel em relação a Kant –, levo em consideração sua elaboração especificamente humana nos regimes de engajamento. Por meio deles, o humano se beneficia da valorização de um modo de dependência que seu componente vivente mantém com o seu ambiente, seja este humano ou não. O *regime de familiaridade* é elaborado com base nos movimentos de habitação e habitação. O *regime exploratório* se assenta em uma busca pela descoberta, mantida por um pendor lúdico. Já o *regime do plano* individual é construído com base em uma antecipação de movimento. Até mesmo as grandezas se baseiam nas propensões elementares dos vivos à imitação (*grandeza do renome*), à predação (*grandeza mercantil*), mesmo à instrumentalidade⁹ (*grandeza industrial*) etc. Um nível abaixo da composição do grupo, ou do sujeito capturado em sua pose, de forma distante do ator do pragmatismo clássico americano, a pesquisa se busca as formas de engajar o vivente, humanizando-o, e a modelagem de formas capazes de conter o vivente para torná-lo humano.

Ao nos abrirmos para a ampla variedade de dependências dos seres viventes em relação ao ambiente em que os seres humanos tomam forma, invertemos a perspectiva comumente adotada pelas disciplinas do humano. Com efeito, um estado humano realizado é pressuposto pela base normativa das ciências humanas, carregadas de orientações normativas morais e políticas. Sua fragilidade, atualmente mais uma vez tragicamente demonstrada, convida a uma inversão de perspectiva em relação aos projetos modernos e pós-modernos levados a cabo por essas disciplinas. Isso nos leva a levar em consideração e se perguntar sobre o que os humanos se esforçam para fazer com os flutuantes e incipientes impulsos do vivente para contê-lo e lhe conferir forma humana. O termo “esforço” sublinha as dificuldades do movimento, nunca completamente bem-sucedido, para encaixar o vivente nesse molde, a fim de visar a um bem humano. Por sua vez, o estado de um humano consumado encontra a resistência de um vivente que não partilha de sua ordem e suas normas e transborda do trabalho de contenção humana, que precisa sempre ser retomado. Há cerca de dez anos, Marc Breviglieri e eu conversamos sobre maneiras de lidar com as relações tensas entre os humanos e os viventes dos quais são feitos (Breviglieri & Thévenot, 2023).

Compreende-se, assim, a aparente contradição entre as duas proposições, que, em retrospectiva, parecem ter continuamente guiado nossa pesquisa:

- i) A consolidação de formas humanas comumente investidas faz a diferença em relação aos demais seres viventes próximos e, em última análise, nos torna humanos.
- ii) Essas formas humanas, em sua rigidez, pesam tanto sobre as vidas que suscitam constantemente tensões críticas, a ponto de serem tratadas como desumanas.

Para eliminar a aparente contradição, temos de reverter a atual perspectiva das disciplinas do humano, demasiado impregnadas de normatividade humana para distinguir o esforço e o sacrifício necessários para dar forma humana aos seres viventes, a fim de examinar os limites dessa contenção e os chamados transbordamentos patológicos que lhe escapam.

EPÍLOGO: REALIDADE AUMENTADA POR MEIO DE ENCONTROS BRASILEIROS¹⁰

Esta revisão de meu percurso de pesquisa anterior foi motivada pela iniciativa de Frédéric Vandenberghe e Alexandre Werneck e lhes sou grato. Consegui aproximar-me de Frédéric, um amigo generoso, na Índia, nas difíceis circunstâncias de um colapso na hospitalidade, após dois dias de uma conferência claramente infiltrada pela extrema-direita. Tendo lido Alexandre sobre a expressão do desacordo e da violência (Werneck & Loretti 2018; Werneck et al., 2020), encontrei-me com ele várias vezes, especialmente durante um importante seminário que organizou e levou a uma publicação (Thévenot, 2023), e claro, por conta da valiosa tradução brasileiras de *De la justification* (Boltanski & Thévenot, 2020a; Werneck, 2020). Beneficiei-me, então, das perguntas propostas por Vandenberghe e Werneck, embora sem ser capaz, por ora, de responder a todas.

A jornada de pesquisa reconstituída com o benefício da retrospectiva também me deu a oportunidade de expressar uma gratidão mais ampla aos colegas e amigos brasileiros que constituíram um desses companheirismos multinacionais que acompanharam toda a minha vida, preenchendo-a. Este epílogo aborda, portanto, o que chamei de “realidade aumentada” por meio de encontros brasileiros. O termo caça das pretensões tecnológicas nesta área, mas também deve ser levado a sério.

Justiça e arranjo nas organizações, o direito, a urbanidade: na companhia de antropólogos brasileiros na cidade

Dando continuidade a uma orientação maiúscula de minha pesquisa, minhas colaborações no Brasil foram estabelecidas em torno dos temas de justiça e, eu acrescentaria, dos arranjos, termo ao qual retornarei e que amplia o espectro das modalidades de acordo. Em Florianópolis, as áreas analisadas abrangeram organizações e políticas públicas (Thévenot, 2017a), com Maurício Serva e Carolina Andion (Universidade Federal de Santa Catarina), também vindos à França. Em Niterói, os intercâmbios, com antropólogos e sociólogos, foram os mais desenvolvidos e concentrados em direito e urbanidade. O direito foi uma das principais disciplinas de cooperação para minha investigação sobre formas de coordenação (Affichard et al., 2023), conduzindo ao projeto internacional *Les Modes de Normativité et Transformations Normatives* (Champeil-Desplats et al., 2019, 2020). Foi, portanto, particularmente bem-vindo que os parceiros do lado brasileiro fossem antropólogos

jurídicos, que me esclareceram não apenas sobre as falhas da polícia e da Justiça em ação, mas também sobre as invenções jurídicas da lei brasileira no reconhecimento de identidades, anteriormente subalternas, de povos indígenas e descendentes de escravos. A poderosa antropologia brasileira, ciosa de não ser ela mesma tratada como subalterna em uma condição de mera fornecedora de campo para os antropólogos ocidentais, abrange e vai muito além dos limites da sociologia. Além disso, pude perceber o quanto ela interveio na cidade, para ajudar as pessoas a fazerem valer os seus direitos.

As colaborações francesas com o Brasil nas ciências sociais têm um passado sólido, do qual faço parte. Eles se beneficiam de um sistema regido pelos convênios interuniversitários Capes-Cofecub e dotados de “bolsas sanduíche” para viagens estudantis de um país a outro. De 1988 a 2004, Isaac Joseph contribuiu para essa cooperação e visitou o Brasil cinco vezes. Daniel Cefai, já atuante em São Paulo, assumiu essa coordenação francesa após a morte de Joseph. Eu mesmo então estive (com a enorme contribuição de Marc Breviglieri) em contato com os mesmos dois pesquisadores do Rio e de Niterói, o há pouco falecido Roberto Kant de Lima e o ativo Marco Antonio Mello, ambos da Universidade Federal Fluminense (UFF), aos quais se somaram em especial Paulo Gabriel Hilu Pinto, Ronaldo Lobão, Soraya Simões, Fabio Reis Mota, Letícia Luna Freire e Felipe Berocan Veiga, pela UFF, e Alexandre Werneck, pela UFRJ. Com Mello, codirigi um projeto Capes-Cofecub lançado em 2010 e intitulado “Regimes de Engajamento Particulares e Universais em Sociedades Plurais: Processos de Administração Institucional de Conflitos, Ações Coletivas e Pedidos de Direitos e Reconhecimento em Perspectiva Comparada (Brasil/França)”. No âmbito das “bolsas sanduíche”, pude receber por períodos de um ano na EHESS, Yolanda Gaffree Ribeiro, Daniela Velasquez, Alexandre de Oliveira Silva e, trabalhando em estreita colaboração com eles, Matthieu de Castelbajac, em viagem ao Brasil.

Pesquisas cruzadas: o comum em disputa ao se confrontar com outro país

Assim como com outros projetos binacionais que coorganizei, os intercâmbios com o Brasil mantêm, na maioria das vezes, olhares cruzados baseados em pesquisas realizadas no país estrangeiro em relação com aquelas atualmente realizadas no próprio país. Elas despertam o choque da estranheza e da incompreensão, à espera de uma inteligência recíproca que a qualidade do companheirismo deve promover.

Mello, dando continuidade à “arqueologia urbana” que desenvolveu no Rio (Mello et al., 2012), aproveitou uma longa estadia em uma vizinhança parisiense de Belleville prestes a ser demolida para investigar e produzir, com a ajuda de Augustin Geoltrain (residente e estudioso local), Felipe Berocan Veiga e Soraya Silveira Simões, um precioso documentário intitulado *10 Rue Lesage, Belleville: arquitetura urbana de um bairro popular parisiense*. Note-se que, no caso dele, o choque da estrangeiridade brasileira, somado ao do antropólogo chegando ao ambiente urbano, foi amortecido pela mediação de um mo-

rador (Gelotrain), mas também pela intervenção inteligente de Mello interpretando ironicamente, como ator de teatro de rua, um personagem bastante próximo do seu em cena. Mello já havia desenvolvido anteriormente, com particular referência à abordagem de Michel de Certeau (1990), um tratamento original à construção espacial do comum. Ele demonstra como a urbanidade, da casa à rua, passando pelo pátio, pela esquina, pela calçada, pela porta ou pela janela, interconecta um sistema de espaços com um sistema de valores e ainda com as atividades que ali têm lugar (Vogel & Mello, 2017).

Mota, por sua vez, fez campo com contribuições de doutorandos e pós-doutorandos em torno dos quilombos. Essas comunidades de descendentes de escravos fugidos e refugiados da opressão colonial foram dotadas pela Constituição Brasileira de 1988 da propriedade coletiva efetiva das terras que ocupavam desde a era colonial. A pesquisa centra-se na reivindicação e na defesa desses direitos na atualidade. Anos depois, ao se beneficiar de uma bolsa “sanduíche” na EHESS, em Paris, e de aprender francês, Mota, que se tornaria professor da UFF, pôde realizar trabalho de campo na França aproveitando essas suas pesquisas sobre descendentes de escravos no Brasil. Sua investigação centrou-se na população das Antilhas Francesas [*departamentos de ultramar franceses*] habitante na França continental, de forma a evidenciar os limites da sua identidade [*são cidadãos franceses*] e de seu reconhecimento (Mota, 2012, 2014a, 2014b, 2017): *Cidadãos em toda parte ou cidadãos à parte?* (retomando a formulação de Aimé Césaire). Ele se encontrou então com um movimento de pesquisa levado a cabo no Groupe de Sociologie Politique et Morale (GSPM) por Joan Stavo-Debauge (2007, 2011). Ao lado da questão étnica, racial e colonial, Mota valeu-se de suas observações no Brasil e do desenvolvimento da ideia de “razão cismática” para reverter a assimetria atual e mostrar como uma antropologia *made in Brazil* pode lançar luz sobre uma França “inflamada” por movimentos como os Gilets Jaunes e os Antivax (Mota, 2023).

De minha parte, realizei na cidade do Rio e em sua Região Metropolitana a porção brasileira de uma pesquisa comparativa internacional iniciada como parte do projeto franco-russo que iniciei em 2001: *Des Liens du Proche aux Lieux du Public* [Dos laços próximos aos lugares públicos] (Thévenot, 2017c). O objetivo era estudar a aprendizagem protopolítica da vida conjunta em residências estudantis na Rússia (com a ajuda de Jeanne Tsinman), na França (com a ajuda de Olga Koveneva), nos EUA (com a pesquisa de Arianne Zambiras) e no Brasil (com a ajuda de Mota e Soraya Silveira Simões). A intenção não era lidar com o mundo estudantil, mas apreender comparativamente uma das primeiras experiências de vida comunitária – não familiar – em suas exigências práticas, a partir do desenvolvimento de lugares habitados e de coisas investidas. Tratava-se, então, de contribuir para a abordagem renovada da política permitida por uma sociologia pragmática dos *engajamentos* (Thévenot, 2006a). O projeto acompanhou os atores em suas diversas relações valoradas, com o mundo e com os outros, desde os vínculos

e preocupações mais pessoais nos locais onde vivem até suas implicações na colocação em comum exigidas por acordos e desacordos. Invertendo a perspectiva sobre o ordinário orientada para o espaço público, trata-se de partir das preocupações mais distantes dos formatos exigidos para o público e a política. Em vez de se apoiar em espaços públicos e coletivos, em práticas sociais ou em interações que já pressupõem uma partilha, essa inversão permitiu abordar a política a partir de uma intimidade muito pessoal com o lugar habitado. Ao abrir espaço para o bem específico desse *engajamento familiar*, bastante distante do bem da comunidade, podemos decompor a cadeia de transformações exigida para o acesso ao comum e à disputa. Pesquisas e análises etnográficas pioneiras contribuíram para esta nova perspectiva de aprendizagem sobre política na coabitação com terceiros (Breviglieri, 2009; Breviglieri & Conein, 2003). Elas lidaram com comunidades com orientação militante, principalmente ocupações (Breviglieri & Pattaroni, 2005).

Nas residências estudantis – obviamente escolhidas por seus cômodos coletivos –, diferentes cômodos podem ser governados por diferentes gramáticas e políticas. Em quase todos os lugares, mas mais explicitamente na França, na Rússia e no Brasil, a grandeza *doméstica* está no pano de fundo de uma autoridade dos mais antigos na casa. Contudo, essa hierarquia de antiguidade pode ser exercida externamente a um horizonte de bem comum para uma humanidade comum, em corpo e força. Além da residência russa, a brasileira masculina revela tais construções durante o trote, que envolve provações físicas violentas e estabelece graus de subordinação dos “novatos” do primeiro período (“bichos”):

– Entre os homens, os bichos têm o cabelo cortado e são marcados com “M1”. Nos albergues femininos, ao longo do primeiro semestre elas têm que limpar o quarto e os banheiros toda semana. Nosso quarto é mais democrático. O calouro tem que pagar uma caixa de cerveja por semestre. [...] Quando cheguei, mesmo bicho, pude expressar minha *opinião*, e depois de duas semanas, participar da reunião de sala. Geralmente, principalmente entre os homens, quando você é bicho você não pode falar e dar sua *opinião*. Em outro apartamento de meninas, meio hippies, Woodstock, alternativas, que fumam baseados e tudo mais, é de fato uma ditadura, Mussolini! Não acho correto que, num ou noutro quarto os veteranos imponham regras e que você não possa opinar diante daqueles (*vovôterano*, *vovôterana*) que podem chegar a ter sete anos de residência (Residente da residência da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Seropédica, RJ, grifo nosso).

Apresentei esse trecho na íntegra porque ele explicita uma grande variedade de construções políticas do comum nos cômodos da residência brasileira. A “democracia”, no entanto, não se estende à eleição de representantes, de modo que as denúncias de maus-tratos são feitas anonimamente ou por meio do conhecimento pessoal de um membro da Secretaria, de quem se espera não quebrar o anonimato.

A pesquisa nessa mesma residência brasileira revela também o desdobramento entre o procedimento oficial de recrutamento e os métodos utilizados que obedecem a outros princípios de avaliação e seleção. O novo procedimento foi implementado para pôr fim a um quadro anterior em que prevaleceriam “camaradagens e arranjos para ficar”. Uma perspectiva de grandeza cívica e de solidariedade a favor dos mais carentes baseia-se na comprovação de renda e em uma entrevista com a assistente social. No entanto, ela esbarra em um método de recrutamento diferente, por cooperação por parte dos habitantes:

– Meu amigo tinha conseguido ser incluído por meio do edital aberto a cada semestre. O chefe da Secretaria da residência o trouxe até a sala para a apresentação do novo aluno. Mas depois, um cara do outro lado, na sala, disse: “Ele não vai ficar aqui! Você não pode porque foi imposto, você não foi escolhido” (Residente da residência da UFRRJ, Seropédica, RJ).

Perdura, então, o “acochambrado”, resultante da “acochambração” (arranjo). Mota destaca seu testemunho da personalização das regras (“dar um jeito”: encontrar um arranjo).

– Quando cheguei já tinha feito meu pedido oficial, mas enquanto esperava respostas, estava na casa de um amigo e comecei a bater de porta em porta pedindo vagas. Tinha que contar minha história de sofrimento, de família, de pai com dívidas. Consegui uma vaga, as pessoas sentiram que eu tinha necessidade (Residente da residência da UFRRJ, Seropédica, RJ).

A bipartição do julgamento e a pluralidade de modos de normatividade

A bipartição nos importa porque faz eco, tal como o duplo poder nas residências russas, a uma partição homóloga na sociedade como um todo. Antropólogos e sociólogos brasileiros têm destacado a paradoxal conjunção, no senso ordinário de justiça, entre um componente republicano igualitário e uma suposta desigualdade que Roberto Da Matta (1983) relaciona com a fórmula “Você sabe com quem está falando?”. Inspirado em Louis Dumont, ele opõe uma construção hierárquica fundada na pessoa a uma construção igualitária e impessoal de indivíduos, os dois conjugados na sociedade brasileira. Luis Roberto Cardoso de Oliveira (2005) amplia essa análise ao enfatizar que a manifestação da consideração pessoal prejudica os cidadãos que deveriam ser tratados segundo uma lógica cívica *igualitária*, funcionando [o gozo de direitos] como favor. Roberto Kant de Lima trouxe à luz essa dupla avaliação. Ele menciona a famosa fórmula do jurista brasileiro Ruy Barbosa que expressa essa bipartição nestes termos: “A regra da igualdade não consiste senão em quinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualem” (Kant de Lima, 2008; Kant de Lima & Mota 2007; Kant de Lima et al, 2007).

Em sua etnografia de um conjunto de edifícios (Cruzada) para onde foram realocados moradores de uma favela carioca, localizada em um bairro nobre da

Zona Sul carioca (Leblon) e adjacente a um luxuoso complexo comercial, Simões (2010) mostra casos concretos dessa conjunção. Por “responsabilidade social”, um livreiro do shopping propõe recrutar pessoas “pobres” desse local, mas apenas em empregos subalternos, em continuidade com uma assistência paternalista que leva a um tratamento desigual em pessoa em vez de igual em direitos.

Um importante encontro foi realizado em 2024, sob a direção de Luis Roberto Cardoso de Oliveira, Roberto Kant de Lima e Jussara Freire, na EHES e remotamente, para tratar dessas questões a partir do dossiê da revista *Brasil(s)* n° 24, “Justiça no Brasil: perspectivas etnográficas”, que disponibilizou em francês artigos e capítulos publicados em português. Antoine Garapon e eu fomos convidados a comentar a publicação. A introdução de Kant de Lima e Cardoso de Oliveira sublinha a continuidade de um empreendimento de 40 anos de cooperação entre antropólogos e juristas “na administração de conflitos ou na reivindicação de direitos em diferentes contextos etnográficos”. Observei em meu comentário a aproximação com nosso empreendimento internacional comparável de 30 anos de estreita cooperação entre juristas, sociólogos, antropólogos, economistas e estatísticos (Affichard et al., 2023) do qual um resultado recente (Champeil-Desplats et al., 2019, 2020) leva em consideração a pluralidade de “modos de normatividade”, além e abaixo do que os juristas costumam incluir no cotidiano trabalho positivo do direito, mas que atualmente são levados a levar em consideração à medida que os formatos de normatividade vão se diversificando e sendo depositados em diversos materiais e principalmente em meios eletrônicos. Destacamos as formas que conferem aos modos de normatividade uma consistência objetiva e que podem ou não ser languageiras.

Em um movimento comparável de extensão da normatividade, de concepção alargada de direitos e de distinção entre modelos normativos, bem como entre métodos apropriados de observação, Cardoso de Oliveira (2005, 2008) trabalhou para realçar a tensão entre duas orientações normativas, em direção a um direito legal ou em direção à consideração da pessoa que pode pôr em perigo a humanidade comum, em particular com a categoria de litigante *hipossuficiente*. A impossibilidade de formular experiências vividas de injustiça em linguagem jurídico-legal demonstra a lacuna entre as dimensões moral e jurídica da cidadania e exige uma abordagem etnográfica para destacar a primeira das duas. Ele solicitou meu comentário, publicado em um número da revista *Anuário Antropológico*, juntamente com seu artigo “Direitos ético-morais e a administração de conflitos” (Cardoso de Oliveira, 2022), no qual defende a necessária conjunção entre direitos ético-morais e direitos abstratos. No comentário, intitulado “A norma liberal transbordada” (Thévenot, 2022), enfatizo que as tensões destacadas por ele resultam do transbordamento do direito liberal por outros modos de normatividade. Em vez de argumentarem em consonância com o direito liberal e de um tratamento abstrato e desprovido de qualquer consideração pela pessoa (“*regard for person*”), os demandantes

– sublinha Cardoso de Oliveira – chamam atenção para suas pessoas e “alegam ser trabalhadores e pessoas de bem, também dignos de respeito e consideração”.

Que bela hospitalidade: acompanhado passo a passo em lugares-comuns

Como qualquer estrangeiro, beneficiei-me da lendária hospitalidade brasileira. Ora, a hospitalidade é um de meus temas de pesquisa. Nesse sentido, menciono a contribuição maiúscula de Joan Stavo-Debauge (2019). De minha parte, utilizo as relações com o estrangeiro – que costumamos relacionar com costumes diversos – para esclarecer as diferenças entre as gramáticas do comum plural, entre as construções políticas em uso no país. A partir do projeto franco-russo lançado em 2001 e intitulado *Des Liens du Proche aux Lieux du Commun* (Thévenot, 2017c), abordei essa questão da hospitalidade com a ajuda de uma estudante russa que realizou pesquisas sobre este assunto (Kareva, 2017). Obviamente, a Rússia difere do Brasil em muitos aspectos, mas a gramática das afinidades pessoais com lugares-comuns plurais não está menos presente lá, na origem de uma hospitalidade envolvente que encontrei no Brasil. Segundo essa construção do comum plural, o estrangeiro se vê ignorante dos lugares-comuns, pequeno e fraco, tornando necessário seu acompanhamento pelo nativo. A gramática liberal, diferentemente, exige tratar o recém-chegado da mesma forma que o veterano, a fim de proporcionar-lhe sua independência no formato de escolha individual. O contraste é extremo com a hospitalidade citada, dando origem a fortes tensões que encontramos tanto em um anfitrião decepcionado, ou mesmo humilhado, quanto nas relações internacionais entre países (Thévenot & Kareva, 2018).

No Brasil, a hospitalidade se baseia nesta gramática de lugares-comuns: o anfitrião acompanha. Ela se manifestou especialmente em relação a mim em uma forma de fazer não comum noutros lugares: acompanhando-me ao campo do colega próximo, espaço geralmente apropriado com ciúmes pelos pesquisadores. Daí o acompanhamento de Felipe ao baile de gafieira que estudou em uma “arqueologia urbana” reconstituindo a memória de um lugar a partir da materialidade de seu espaço (Vogel & Mello, 2017), com a passagem naquela noite de um ilustre dançarino em sapatos brancos de couro envernizado e terno branco, embrutecido pela idade, mas gracioso até no andar (Veiga, 2021).

Da mesma forma, fui acompanhado por Soraya ao já mencionado grande complexo da Cruzada, para onde foram realocados moradores de uma favela no coração do Leblon dos ricos, com dona Maria, pilar e síndica da vizinhança, que nos recebeu em sua casa entre os produtos de beleza que vendia ali (Simões, 2010). Como nós então, ela olhava para os pátios e corredores de sua cidade das janelas salientes da cafeteria do opulento complexo comercial construído ao lado do conjunto habitacional, no dia da sua inauguração, bem-vestida para provocar. “A comunidade precisa de mais do que holofotes!”, declarava com um profundo ressentimento cuja causa não era apenas não ter sido convidada. Ela chamava ruidosamente a festa de “palhaçada” para que o termo

fosse ouvido na rua e para que envergonhasse os participantes do evento assim “blasfemado” (Simões, 2010).

E da mesmíssima forma ainda foram os numerosos acompanhamentos de Fábio, em particular na Ilha da Marambaia, em vários dias passados em um quilombo que se defende com unhas e dentes, com o apoio de seus antropólogos, contra a ameaça de retomada de suas terras pela Marinha em seu plano de estender sua influência a toda a ilha.

A lista não se encerra aí, longe disso, mas gostaria de encerrar este diálogo com outra consequência dessa hospitalidade tão generosa quanto exigente – também para o anfitrião que deve abandonar-se a ela com admiração, sem restrições nem desvios de olhar (Kareva, 2017). Sublinhei que o lugar-comum, uma vez que contribua para criar um comum plural a partir de vínculos diversos intimamente pessoais, opera em oposição ao clichê que marca o fracasso dessa comunicação. O turista, como qualquer estrangeiro, está condenado à superfície lisa do clichê, com a certeza de ser “o mesmo” para todos, o que não ocorre com o lugar-comum propriamente dito. E o Pão de Açúcar, na entrada da baía de Guanabara, contemplado da praia de Niterói com seu exuberante pôr do sol, não está no centro da maior reserva mundial de clichês? Notei também que, no que diz respeito a essa gramática dos lugares-comuns, deve-se ter cuidado com o estrangeiro em sua debilidade primitiva que se deve ao fato de que ele, por definição, não saberia se comunicar com e através de um “lugar” que não lhe é “comum”. O resultado é um relativo fechamento de comunidades, uma vez que sejam compostas principalmente por essa gramática. No entanto, a lista anterior de acompanhamentos, por mais incompleta que seja, mostra que o lugar-comum não é definitivamente inacessível no estrangeiro, mesmo que sua aprendizagem seja longa e exigente.

Embora relutante em ficar muito tempo na areia, logo entendi que, para os cariocas, a praia era algo muito sério. A começar pela praia de Itaipu, lugar-comum por excelência onde sigo os passos de Martine Segalen e Isaac Joseph, e de muitos outros que ali se sucederam para ir “ao campo” dos pescadores no centro de uma famosa etnografia dos anos 1970. Trata-se de uma beira-mar que ecoa o “Lugar comum”¹¹ de Gilberto Gil:

Beira do mar, lugar comum
 Começo do caminhar
 Pra beira de outro lugar
 À beira do mar, todo mar é um
 Começo do caminhar
 Pra dentro do fundo azul
 A água bateu, o vento soprou
 O fogo do sol, o sal do senhor
 Tudo isso vem, tudo isso vai
 Pro mesmo lugar de onde tudo sai

NOTAS

- 1 Ver, sobre isso, Werneck (2018).
- 2 O termo é tomado emprestado de Jean-Paul Sartre, que, em *O ser e o nada*, fala em uma descentralização produzida pelo surgimento do Outro no mundo (N. T.; grifo do tradutor).
- 3 No original, “*codage*”, “*codification*” e “*chiffrage*”. De maneira geral, em português costuma se usar codificação para designar todo o processo de tradução de informações oferecidas em coletas estatísticas em categorias formais e em códigos de processamento (a *aprensão* das respostas). Por esse motivo, e para garantir um entendimento mais direto, usamos paradoxo da codificação para “*paradoxe du codage*”. Mas as etapas distinguidas aqui correspondem a: (i) o processo mais geral de ajustamento entre respostas e categorias (*codage*), o que pode implicar a construção da categoria, e que eventualmente no texto será chamado de categorização; (ii) o processo de alocação de respostas no código propriamente dito (*codification*); e (iii) o processo de atribuição de códigos alfanuméricos para processamento (*chiffrage/chiffrement*). É a esta última etapa que a pesquisa descrita notadamente se dedica, pois as codificadoras (hoje chamadas analistas de processamento de dados) eram responsáveis não apenas pela imputação de dados, mas pela operação chamada pelos estatísticos de “*crítica*”, a de verificação da conformidade da resposta do questionário ao sistema estatístico. Agradecemos à pesquisadora Sanelly Cortes, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence)/IBGE, por esclarecimentos básicos e pelos manuais estatísticos da época que muito colaboraram para tornar clara a distinção. (N. T.)
- 4 Esse seminário foi organizado inicialmente com Bernard Conein e Nicolas Dodier, e posteriormente apenas com Conein, no Institut International de Paris La Défense, no âmbito do projeto Conventions et Coordination de l’Action [*Convenções e Coordenação da Ação*], que também contou com o apoio do Centre d’Études de l’emploi. Ele deu origem a dois livros organizados: Conein et al. (1993) e Conein & Thévenot (1997). Sobre a importância do Institut International de Paris La Défense para uma análise aprofundada de questões (coordenação, convenção, for-

matação/formalização, avaliação) na base de diversas disciplinas frequentemente vistas como opostas (filosofia política e moral, sociologia, economia, psicologia, ciência cognitiva, direito), ver: Affichard et al. (2023).

- 5 O quadro originalmente proposto por Thévenot (2006a) apresenta três regimes de engajamento: o *familiar* (ou “no próximo”); o *no plano*; e o regime de engajamento *justificado*. Como se viu no começo dessa resposta, ele exclui este terceiro regime para enfatizar engajamentos não dependentes do “bem comum” (fundamento deste). Como indicado pela referência, o *regime de engajamento exploratório* foi proposto por Nicolas Auray (morto em 2015) no começo dos anos 2010 e foi incorporado por Thévenot a sua tipologia. (N. T.).
- 6 Com base na edição da editora Convivium, 2021, tradução de José Awning (N. T.).
- 7 Louis Dumont (1979) acrescenta a essa hierarquia a ideia de que as partes do todo se opõem umas às outras.
- 8 A pedido de Laurent Thévenot, mantivemos a tradução cognata de “*lieu commun*” como “lugar-comum”, beneficiada por um lado por já certa consagração pelo uso e pelo precioso jogo de palavras nela expressado. A esse respeito, entretanto, é fundamental esclarecer que em português, embora haja outras acepções, o sentido mais usual do termo “lugar-comum” é de banalidade, chavão, clichê, e que não é esse o sentido privilegiado pelo autor. Lugar-comum comparece em seu modelo mais como expressado pela ideia de “denominador comum”, aquilo com que os integrantes de um debate chegam a concordar minimamente para se estabelecer um acordo. Mas, na categoria de Thévenot, esse denominador é formado por uma consagração habituada entre os “falantes” da “gramática”, como ocorre com lugares-comuns, mas sem que se tornem clichês ou banalidades (risco constante corrido por eles, como se verá a certa altura da entrevista) (N. T.).
- 9 Simmel (1987: 244) observa que “o animal que fabrica ferramentas é também o animal que estabelece fins para si mesmo”.
- 10 Ver ainda Thévenot (2025).
- 11 De Gilberto Gil e João Donato, 1975, do álbum de mesmo título. Respeitei aqui a grafia apresentada na letra, sem hífen, garantidora do jogo de palavras nela determinante (N. T.).

REFERÊNCIAS

Abel, Olivier. (2012). Du socius au prochain et retour. *Revue d'Histoire et de Philosophie Religieuse*, 92/1, p. 21-33.

Affichard, Joëlle et al. (2023). Legal norms and convention theory. Justification, evaluation and realization of law. In: Diaz-Bone, Rainer & De Larquier, Guillemette (orgs.). *Handbook of economics and sociology of conventions*. Cham: Springer.

Alexander, Jeffrey C. & Smith, Philip. (1993). The discourse of American civil society: a new proposal for cultural studies. *Theory and Society*, 22, p. 151-207.

Amossé, Thomas. (2013). La Nomenclature Socio-Professionnelle: Une Histoire Revisitée. *Annales: Histoire, Sciences Sociales*, 68/4, p. 1039-1075.

Auray, Nicolas. (2011). Les technologies de l'information et le régime exploratoire. In: Van Anandel, Pek & Boursier, Dominique (orgs.). *La serendipité dans les arts, les sciences et la décision*. Paris: Éditions Hermann, p. 329-343.

Blok, Anders & Meilvang, Marie Leth. (2015). Picturing urban green attachments: civic activists moving between familiar and public engagements in the city. *Sociology*, 49/1, p. 19-37.

Boltanski, Luc. (1982). *Les cadres: la formation d'un groupe social*. Paris: Éditions de Minuit.

Boltanski, Luc. (1984). How a social group objectified itself: "Cadres" in France, 1936-45. *Social Science Information*, 23/3, p. 469-491.

Boltanski, Luc. (1990). Ce dont les gens sont capables. In: *L'amour et la justice comme compétences: Trois essais de sociologie de l'action*. Paris: Métailié.

Boltanski, Luc. (2016). Sociologia crítica e sociologia da crítica. In: Vandenberghe, Frédéric & Véran, Jean-François (orgs.). *Além do habitus: teoria social pós-bourdiesiana*. Rio de Janeiro: 7Letras, p. 129-154.

Boltanski, Luc & Chiapello, Ève. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.

Boltanski, Luc & Thévenot, Laurent. (1983). Finding one's way in social space: a study based on games. *Social Science Information*, 22/4-5, p. 631-680.

Boltanski, Luc & Thévenot, Laurent. (1987). *Les économies de la grandeur*. Paris: Presses Universitaires de France et Centre d'Etude de l'Emploi.

Boltanski, Luc & Thévenot, Laurent (orgs.). (1989). *Justesse et justice dans le travail*. Paris: Presses Universitaires de France (Cahiers du Centre d'Etudes de l'Emploi, 33).

Boltanski, Luc; Thévenot, Laurent. (1999). The Sociology of Critical Capacity. *European Journal of Social Theory*, 2/3, p. 359–377.

Boltanski, Luc & Thévenot, Laurent. (2020a). Prefácio [à edição brasileira]: críticas e justificações de “A justificação”. In: Boltanski, Luc & Thévenot, Laurent. (2020). *A justificação: sobre as economias da grandeza*. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 29-83.

Boltanski, Luc & Thévenot, Laurent. (2020b). *A justificação: sobre as economias da grandeza*. Rio de Janeiro: UFRJ.

Boltanski, Luc et al. (1984). La dénonciation. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 51, p. 3-40.

Bourdieu, Pierre. (1981). *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Minuit.

Bourdieu, Pierre & Boltanski, Luc. (1975). Le titre et le poste: Rapports entre le système de production et le système de reproduction. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 2, p. 95-107.

Breviglieri Marc. (2008). Le “corps empêché” de l’usager (mutisme, fébrilité, épuisement): aux limites d’une politique du consentement informé dans le travail social. In: Payet, Jean-Paul et al. (orgs.). *La voix des acteurs faibles. De l’indignité à la reconnaissance*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, p. 215-229.

Breviglieri Marc. (2009). Les habitations d’un genre nouveau: le squat urbain et la possibilité du “conflit négocié” sur la qualité de vie. In: Pattaroni, Luca et al. (orgs.). *Habitat en devenir*. Lausanne: Presses Polytechniques et Universitaires Romandes.

Breviglieri, Marc. (2021). Uma brecha crítica na “cidade garantida”? Espaços intermediários e arquiteturas de uso. *Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia*, 52/2, p. 375-416.

Breviglieri, Marc & Conein, Bernard (orgs.). (2003). *Cohabiter: les formes du vivre ensemble incluant la figure du tiers*.

Rapport de l'action financée par le programme Habitat et vie urbaine (PUCA). Paris : Groupe de Sociologie Politique et Morale (GSPM).

Breviglieri, Marc & Pattaroni, Luca. (2005). Le souci de propriété. Vie privée et déclin du militantisme dans un squat genevois. In: Haumont, Bernard & Morel, Alain (orgs.). *La société des voisins*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, p. 275-289.

Breviglieri, Marc & Thévenot, Laurent. (2023). Le vivant en forme humaine et ses débordements. Retour sur les notions d'autonomie et de capacité. *SociologieS*, Dossiers.

Callon, Michel & Latour, Bruno. (1981). Unscrewing the big Leviathan. In: Knorr-Cetina, Karin & Cicourel, Aaron V. (orgs.). *Advances in social theory and methodology*. Boston: Routledge and Kegan Paul, p. 277-303.

Cardoso de Oliveira, Luís Roberto. (2005). *Droit légal et insulte morale. Dilemmes de la citoyenneté au Brésil, au Québec et aux États-Unis*. Laval: Les Presses de l'Université Laval.

Cardoso de Oliveira, Luís Roberto. (2008). Respect des droits et considération de la personne au Brésil. *Cahiers internationaux de sociologie*, 124, p. 173-177.

Cardoso de Oliveira, Luís Roberto. (2022). Direitos ético-morais e a administração de conflitos. *Anuário Antropológico*, 47/3, p. 12-29.

Champeil-Desplats, Véronique et al. (orgs.). (2019). Dossier thématique Modes de normativité et transformations normatives / Modes of normativity and normative transformations: some cases concerning rights and freedoms. *La Revue des droits de l'homme*, 16.

Champeil-Desplas, Véronique et al. (orgs.). (2020). *Modes de normativité et transformations normatives / Modes of normativity and normative transformations* (édition bilingue). Paris: IFJD.

Cheyns, Emmanuelle. (2014). Making "minority voices" heard in transnational roundtables: The role of local NGOs in reintroducing justice and attachments. *Agriculture and Human Values*, 31/3, p. 439-453.

Cheyns, Emmanuelle & Thévenot, Laurent. (2019). Government by certification standards. The consent and complaints of affected communities. *La Revue des droits de l'homme*, 16.

Claverie, Élisabeth. (1991). Voir apparaître: Les événements de Medjugorje. *Raison pratique*, 2, p. 157-176.

Conein, Bernard. (1990). Cognition située et coordination de l'action. *Réseaux*, 43, p. 99-110.

Conein, Bernard (org.). (1994). *Travail et cognition*, numéro spécial de *Sociologie du Travail*, 36/4.

Conein, Bernard & Thévenot, Laurent (orgs.). (1997). *Cognition et information en société*. Paris: **Éditions de l'EHESS** (Raisons pratiques 8).

Conein, Bernard et al. (orgs.). (1993). *Les objets dans l'action; de la maison au laboratoire*. Paris: **Éditions de l'EHESS** (Raisons Pratiques 4).

Da Mata, Roberto. (1983). *Carnaval, bandits et héros: Ambiguïtés de la société brésilienne*. Paris : Seuil.

De Certeau, Michel. (1990). *L'invention du quotidien*, t.1, *Arts de Faire* (nouvelle édition, établie et présentée par Luce Giard). Paris: Gallimard.

Desrosières, Alain & Thévenot, Laurent. (1979). Les mots et les chiffres: les nomenclatures socioprofessionnelles. *Économie et statistique*, 110, p. 49-65.

Desrosières, Alain & Thévenot, Laurent. (1988). *Les catégories socioprofessionnelles*. Paris: La Découverte.

Desrosières, Alain et al. (1983). L'identité sociale dans le travail statistique: la nouvelle nomenclature des professions et catégories socioprofessionnelles. *Economie et statistique*, 152, p. 55-81.

Diaz-Bone, Rainer & de Larquier, Guillemette (orgs.) (2024). *Handbook of Economics and Sociology of Conventions*. Cham: Springer.

Dosse, François. (1995). *L'empire du sens: l'humanisation des sciences humaines*. Paris: La Découverte.

Dumont, Louis. (1979). *Homo hierarchicus: Le système des castes et ses implications*, Paris: Gallimard.

Eliasoph, Nina & Lichterman, Paul. (2010). Making things political. In: Lo, Ming-Cheng et al. (orgs.). *Handbook of Cultural Sociology*. Londres: Routledge, p. 483-493.

Elster, Jon. (1979). *Ulysses and the sirens: studies in rationality and irrationality*. Cambridge: Cambridge University Press.

Eranti, Veikko. (2018). Engagements, grammars, and the public: from the liberal grammar to individual interests. *European Journal of Cultural and Political Sociology*, 5/1-2, Special issue on "Politics of Engagements", p. 42-65.

- Eranti, Veikko & Meriluoto, Taina. (2023). Plurality in urban politics: conflict and commonality in Mouffe and Thévenot. *International Journal of Urban and Regional Research*, 47/5, p. 693-709.
- Foucault, Michel. (1966). *Les mots et les choses: une archéologie des sciences humaines*. Paris: Gallimard.
- Honneth, Axel. (2010). Dissolutions of the social: on the social theory of Luc Boltanski and Laurent Thévenot. *Constellations*, 17/3, p. 376-389.
- Kant de Lima, Roberto. (2008). *Ensaio de Antropologia e de Direito: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.
- Kant de Lima, Roberto & Mota Fabio Reis. (2007). Apresentação. Democracia, espaço público, Estado e sociedade em uma perspectiva comparada. *Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia*, 22, p. 11-19.
- Kant de Lima, Roberto et al. (2007). “Ici, c’est différent”: espace, conflits et techniques d’accueil policiers dans les commissariats de Rio de Janeiro. *Outre-Terre*, 18, p. 323-334.
- Kareva, Nina. (2017). S’engager dans l’hospitalité à l’expérience de l’étranger. *Revue d’études comparatives Est-Ouest*, 48, p. 215-244.
- Laclau, Ernesto. (2005). *On populist Reason*. London: Verso.
- Lafaye, Claudette & Thévenot, Laurent. (1993). Une justification écologique? Conflits dans l’aménagement de la nature. *Revue française de sociologie*, 34/4, p. 495-524.
- Lamont, Michèle & Thévenot, Laurent. (2000). *Rethinking comparative cultural sociology: repertoires of evaluation in France and the United States*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Larmore, Charles. (2004). *Les pratiques du moi*. Paris: PUF.
- Larmore, Charles. (2010). *The practices of the self*. Chicago: University of Chicago Press.
- Latour, Bruno. (1984). *Les microbes: guerre et paix suivi de irreductions*. Paris: Métailié.
- Latour, Bruno. (2012). *Enquête sur les modes d’existence: une anthropologie des modernes*. Paris: La Découverte.
- Luhtakallio, Eeva. (2012). *Practicing democracy: activism and politics in France and Finland*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Luhtakallio, Eeva & Thévenot, Laurent. (2018). Politics of engagement in an age of differing voices (introduction to

the special issue). *European Journal of Cultural and Political Sociology*, 5/1-2, p. 1-11.

Mauss, Marcel. (1989). *Essai sur le don: forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques*. Sociologie et anthropologie. Paris: PUF.

Mello, Marco Antonio da Silva et al. (2007). Si tu vas à Rio ! L'expérience brésilienne d'Isaac Joseph. In: CEFAÏ, Daniel; SATURNO, Carole (dir.). *Itinéraires d'un pragmatiste: autour d'Isaac Joseph*. Paris: Economica, p. 235-259

Mello, Marco Antonio da Silva et al. (2010). *10 rue Lesage, Belleville: arqueologia urbana de um bairro popular parisiense* [filme]. Brasil/França: LeMetro/IFCS-UFRJ; QK Produções, 77 min.

Mello, Marco Antonio da Silva et al. (orgs.). (2012). *Favelas cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond.

Menary, Richard. (2010). Introduction to the special issue on 4E Cognition. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 9/4, p. 459-63.

Moody, Michael & Thévenot, Laurent. (2000). Comparing models of strategy, interests, and the public good in French and American environmental disputes. In: Lamont, Michèle & Thévenot, Laurent (orgs.). *Rethinking comparative cultural sociology: repertoires of evaluation in France and the United States*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 273-306.

Mota, Fabio Reis. (2012). Regimes de envolvimento e formas de reconhecimento no Brasil e na França. *Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia*, 32, p. 129-148.

Mota, Fabio Reis. (2014a). *Cidadãos em toda parte ou cidadãos à parte? Demandas de direitos e reconhecimento no Brasil e na França*. Rio de Janeiro: Consequência.

Mota, Fabio Reis. (2014b). Os limites da 'identidade': uma etnografia das demandas de reconhecimento na França e no Brasil. In: Cardoso de Oliveira, Luís Roberto & Werneck, Alexandre (orgs.). *Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, p. 220-240.

Mota, Fabio Reis. (2017). Les arènes publiques identitaires: des Antillais de Paris aux Quilombos de Rio de Janeiro, une comparaison France/Brésil. *SociologieS*, Dossier L'expérience latino-américaine de la sociologie pragmatique francophone.

Mota, Fabio Reis. (2018). Do indivíduo blasé aos sujeitos cismados: reflexões antropológicas sobre as políticas de reconhecimento na contemporaneidade. *Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia*, 44, p. 124-148.

Mota, Fabio Reis. (2023). “França em chamás”: a antropologia made in Brazil para a compreensão da França na era da “cismocracia”. *Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia*, 55/3, p. 1-23.

Porta, Jérôme. (2019). Les transformations des droits sociaux dans la globalisation. *La Revue des droits de l’homme* [en ligne], 16.

Rawls, John. (1971). *A theory of justice*. Harvard: Harvard University Press.

Reed, Isaac Ariail. (2020). *Power in modernity: agency relations and the creative destruction of the King’s Two Bodies*. Chicago: University of Chicago Press.

Ricoeur, Paul. (1954). Le socius et le prochain. Republié dans: 1967. In: *Histoire et vérité*. Paris: Seuil, p. 113-127.

Ricoeur, Paul. (1990). *Soi-même comme un autre*. Paris: Seuil.

Schütz, Alfred. (1962). *Theory and concept formation in the social sciences. Choosing among projects of action*. Collected Papers I: 48-96. The Hague: M. Nijhoff.

Simmel, Georg. (1988). *La tragédie de la culture et autres essais*. Paris: Éditions Rivages.

Simões, Soraya Silveira de. (2010). *Histoire et ethnographie d’une cité de Rio: la Cruzada São Sebastião*. Paris: Karthala.

Stavo-Debaugé, Joan. (2007). L’invisibilité du tort et le tort de l’invisibilité: l’embarras des sciences sociales françaises devant la “question raciale” et la “diversité ethnique”. *EspacesTemps.net*. Disponível em: <https://www.espaces-temps.net/en/articles/invisibilite-du-tort-et-le-tort-de-invisibilite/>. Acesso em: 9 mar. 2026.

Stavo-Debaugé, Joan. (2011). En quête d’une introuvable action antidiscriminatoire: Une sociologie de ce qui fait défaut. *Politix*, 94/2, p. 81-105.

Stavo-Debaugé, Joan. (2012). Des ‘événements’ difficiles à encaisser: Un pragmatisme pessimiste. In: Céfaï, Daniel & Terzi, C. (orgs.). *L’expérience des problèmes publics*. Paris: Éditions de l’EHESS, p. 191-223. (Raisons pratiques 22).

Stavo-Debaugé, Joan. (2019). *Qu’est-ce que l’hospitalité? Recevoir l’étranger à la communauté*. Montréal: Liber.

Testa, Italo. (2021). A habit ontology for cognitive and social sciences: methodological individualism, pragmatist interactionism, and 4E Cognition. In: Caruana, Fausto & Testa, Italo (orgs.). *Habits: pragmatist approaches from cognitive science, neuroscience, and social theory*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 395-416.

Thévenot, Laurent. (1979). Une jeunesse difficile: les fonctions sociales du flou et de la rigueur dans les classements. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 26-27, p. 3-18.

Thévenot, Laurent. (1983). L'économie du codage social. *Critiques de l'économie politique*, 23-24, p. 188-222.

Thévenot, Laurent. (1984). Rules and implements: investment in forms. *Social Science Information*, 23/1, p. 1-45.

Thévenot, Laurent. (1986). Les investissements de forme. In: Thévenot, Laurent (org.). *Conventions économiques*. Paris: Presses Universitaires de France (Cahiers du Centre d'Étude de l'Emploi), p. 21-71.

Thévenot, Laurent. (1990a). L'action qui convient. In: Pharo, Patrick & Quéré, Louis (orgs.). *Les formes de l'action*. Paris: Éditions de l'EHESS, p. 39-69. (Raisons pratiques, 1).

Thévenot, Laurent. (1990b). La politique des statistiques: les origines sociales des enquêtes de mobilité sociale. *Annales. Économies, sociétés, civilisations*, 45/6, p. 1275-1300.

Thévenot, Laurent. (1993). Essai sur les objets usuels: Propriétés, fonctions, usages. *Raisons pratiques*, 4, p. 85-111.

Thévenot, Laurent. (1994a). Statistique et politique: La normalité du collectif. *Politix*, 7/25, p. 5-20.

Thévenot, Laurent. (1994b). Le régime de familiarité: des choses en personne. *Genèses*, 17, p. 72-101.

Thévenot, Laurent. (1995a). New trends in French social sciences. *Culture*, 9/2, p. 1-7.

Thévenot, Laurent. (1995b). Rationalité ou normes sociales: une opposition dépassée?. In: Gérard-Varet, Louis-André & Passeron, Jean Claude (orgs.). *Le Modèle et l'Enquête: Les usages du principe de rationalité dans les sciences sociales*. Paris: Éditions de l'EHESS, p. 149-189.

Thévenot, Laurent. (1997). Un gouvernement par les normes: pratiques et politiques des formats d'information. In: Conein, Bernard & Thévenot, Laurent (orgs.). *Cognition*

et information en société. Paris: **Éditions de l'EHESS**, p. 205-241. (Raisons Pratiques, 8).

Thévenot, Laurent. (2002). Which road to follow? The moral complexity of an “Equipped” humanity. In: Law, John & Mol, Anne-Marie (orgs.). *Complexities: social studies of knowledge practices*. Durham: Duke University Press.

Thévenot, Laurent. (2005a). The Two Bodies of May '68: In Common, in person. In: Sica, Alan & Turner, Stephen (orgs.). *The disobedient generation: social theorists in the sixties*. Chicago: University of Chicago Press, p. 252-271.

Thévenot, Laurent. (2005b). Pragmatic regimes governing the engagement with the World. In: Schatzki, Theodor & Knorr-Cetina, Karen (orgs.). *The practice turn in contemporary theory*. London: Routledge, p. 64-82.

Thévenot, Laurent. (2006a). *L'action au pluriel: sociologie des régimes d'engagement*. Paris: La Découverte.

Thévenot, Laurent. (2006b). Convention school. In: Beckert, Jens & Zafirovski, Milan (orgs.). *International Encyclopedia of Economic Sociology*. London: Routledge, p. 111-115.

Thévenot, Laurent. (2008). Sacrifices et bénéfices de l'individu dans un espace public libéral. *Cahier d'éthique sociale et politique*, 5, p. 68-79.

Thévenot, Laurent. (2009). [en russe] Cul par-dessus tête: communaute et personnalité culbutées dans les mots de mai 68. In: Prokhorova, I. et al. *Anthropologie de la révolution*. Moscou: NLO.

Thévenot, Laurent. (2011a). Conventions for measuring and questioning policies: the case of 50 years of policy evaluations through a statistical survey. *Historical Social Research*, 36/4, p. 192-217.

Thévenot, Laurent. (2011b). Powers and oppressions viewed from the perspective of the sociology of engagements: a comparison with Bourdieu's and Dewey's critical approaches to practical activities. *Irish Journal of Sociology*, 19/1, p. 35-67.

Thévenot, Laurent. (2012a). At home and in a common world, in a literary and a scientific prose: Ginzburg's Notes of a Blockade Person. In: Van Buskirk, Emily & Zorin, Andrei (orgs.). *Lydia Ginzburg's alternative literary identity*. Bern: Peter Lang, p. 283-304.

Thévenot, Laurent. (2012b). des institutions en personne: une sociologie pragmatique en dialogue avec Paul Ricœur. *Études Ricœuriennes*, 3/1, p. 11-33.

Thévenot, Laurent. (2012c). Power and oppression from the perspective of the sociology of engagements: a comparison with bourdieu's and dewey's critical approaches to practical activities. *Irish Journal of Sociology*, 19/1, p. 35-67.

Thévenot, Laurent. (2012d). Convening the company of historians to go into conventions, powers, critiques and engagements. *Historical Social Research*, 37/4, p. 22-35.

Thévenot, Laurent. (2014a). Une vie éprouvée: entre migration postcoloniale, discrimination à l'embauche, maternité affectée et adoption salvatrice : quelle "identité forgée"? In: Vrancken, Didier (org.). *Penser l'incertain*. Québec: Presses de l'Université de Laval, p. 139-160.

Thévenot, Laurent. (2014b). Voicing concern and difference: from public space to common-places. *European Journal of Cultural and Political Sociology*, 1/7, p. 7-34.

Thévenot, Laurent. (2015a). Certifying the world: power infrastructures and practices in economies of conventional forms. In: Aspers, Patrick & Dodd, Nigel (orgs.). *Re-imagining economic sociology*. Oxford: Oxford University Press, p. 195-223.

Thévenot, Laurent. (2015b). Making commonality in the plural on the basis of binding engagements. In: Dumouchel, Paul & Gotoh, Reiko (orgs.). *Social bonds as freedom: revising the dichotomy of the universal and the particular*. New York: Berghahn, p. 82-108.

Thévenot, Laurent. (2016). From social coding to economics of convention: a thirty-year perspective on the analysis of qualification and quantification investments. *Historical Social Research*, 41/2, p. 96-117.

Thévenot, Laurent. (2017a). O peso do imperativo de participação. *Ciências em Debate*, 2, p. 1-13.

Thévenot, Laurent. (2017b). Simmel et la mise en forme de l'humain. In: Thouard, Denis & Zimmermann, Bénédicte (orgs.). *Simmel, le parti-pris du tiers*. Paris: CNRS Éditions, p. 135-153.

Thévenot, Laurent. (2017c). "Des liens du proche aux lieux du public": retour sur un programme franco-russe pionnier. *Revue d'Études Comparatives Est-Ouest*, 48/3-4, p. 7-43.

Thévenot, Laurent. (2018a). Droits et biens pris en compte par les engagements volontaires d'entreprises dans des standards internationaux: la "sustainable palm oil" certification au regard des plus défavorisés. In: Jeammaud, Antoine et al. (orgs.). *A droit ouvert*. Paris: Dalloz, p. 929-945.

Thévenot, Laurent. (2018b). Reconhecimentos: com Paul Ricoeur e Axel Honneth. *Revista Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia*, 44, p. 15-33.

Thévenot, Laurent. (2019a). Measure for measure. Politics of quantifying individuals to govern them. *Historical Social Research*, 44/2, p. 44-76.

Thévenot, Laurent. (2019b). Ce qui engage: la sociologie des justifications, conventions et engagements, à la rencontre de la norme, *Revue des droits de l'homme*, 16.

Thévenot, Laurent. (2020a). How does politics take closeness into account? Returns from Russia. *International Journal of Politics, Culture and Society*, 33, p. 221-250.

Thévenot, Laurent. (2020b). La grande décentration. *Revue du MAUSS [en ligne]*, 56.

Thévenot, Laurent. (2021). Governar pelas normas. Tradução: Daniela Velásquez Peláez. *Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia*, 52, p. 36-69.

Thévenot, Laurent. (2022). A norma liberal transbordada: uma contribuição brasileira à antropologia jurídica por Luís Roberto Cardoso de Oliveira. *Anuário Antropológico*, 47/3, p. 82-87.

Thévenot, Laurent. (2023). Os passivos da humanidade comum. In: Werneck, Alexandre & Ferreira, Letícia (orgs.). *Questões de moral, moral em questão*. Rio de Janeiro: Mórula, p. 48-108.

Thévenot, Laurent. (2024a). Investments in Forms: Background and Continuing Developments. In: Diaz-Bone, Rainer & de Larquier, Guillemette (orgs.): *Handbook of Economics and Sociology of Conventions*. Cham: Springer.

Thévenot, Laurent. (2024b). Metamorfosis de la autoridad y "gobierno por estándares": aportes de la sociología pragmática de las grandezas, las convenciones y los involucramientos. Tradução: Gabriel Nardacchione. *Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia*, 56/1.

Thévenot, Laurent. (2025). Formas humanas: Sociologia pragmática crítica de comunidades e personalidades. In:

Leal, Sayonara et al. *Em torno da sociologia de Luc Boltanski: Para além da crítica e da pragmática*. Campinas: Pontes.

Thévenot, Laurent. (2026). Justification et mise en forme dans l'engagement. In: Kurts-Wöste, Lia et al. (orgs.). *Atlas notionnel des sciences de la culture*. Paris: Classiques Garnier.

Thévenot, Laurent & Kareva, Nina. (2018). Le pain merveilleux de l'hospitalité. Malentendus éclairant les constructions du commun. *SociologieS* [en ligne].

Thévenot, Laurent et al. (orgs.). (2017). Critiquer et agir en Russie. *Revue d'Études Comparatives Est-Ouest*, 48/3-4, p. 5-244. Dossier.

Thouard, Denis. (2012). Objectivation ou aliénation: Retour sur Cassirer, Simmel et la "tragédie de la culture". *Revue Germanique Internationale*, 15, p. 115-128.

Veiga, Felipe Berocan. (2021). *Baile de Gafieira: Uma instituição urbana nos quadros da memória carioca*. Niterói: EdUFF.

Vogel, Arno & Mello, Marco Antonio da Silva. (2017). *Quando a rua vira casa*. 4. ed. Niterói: EdUFF.

Walzer, Michael. (1983). *Spheres of Justice: A Defence of Pluralism and Equality*. Oxford: Basil Blackwell.

Werneck, Alexandre. (2012). *A desculpa: As circunstâncias e a moral das relações sociais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Werneck, Alexandre. (2018). Sobre a cité hedonista: Uma ordem de grandeza baseada no prazer e na alegria. In: Corrêa, Diogo Silva et al. (orgs.). *Crítica e pragmatismo na sociologia: Diálogos entre Brasil e França*. São Paulo: Anna-blume, p. 89-116.

Werneck, Alexandre. (2020). Sobre a tradução. In: Boltanski, Luc & Thévenot, Laurent. *A justificação: Sobre as economias da grandeza*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 9-15.

Werneck, Alexandre & Loretti, Pricila. (2018). Critique-form, forms of critique: the different dimensions of the discourse of discontent. *Sociologia & Antropologia*, 8/3, p. 973-1008.

Werneck, Alexandre et al. (2020). An outline of a pragmatic sociology of "violence". *Sociologias*, 22/54, p. 286-326.

Wittgenstein, Ludwig. (1968). *Philosophical Investigations*. Oxford: Basil Blackwell.

Ylä-Anttila, Tuukka. (2017). Familiarity as a tool of populism: Political appropriation of shared experiences and the case of Suvivirsi. *Acta Sociologica*, 60/4, p. 342-357.

Zambiras, Ariane. (2004). *L'apprentissage de la vie en commun pour les étudiants américains: Les modèles contrastés de la "fraternity" et de l'"International House"*. Mémoire de DEA de sociologie de l'EHESS sous la direction de Laurent Thévenot. Paris: Éditions de l'EHESS.

O HUMANO RECOLOCADO NA ATIVIDADE: UMA CONVERSA COM LAURENT THÉVENOT

Palavras-chave

Laurent Thévenot;
Sociologia pragmática francesa;
Economia das convenções;
Regimes de engajamento.

Resumo

Laurent Thévenot é uma das principais figuras da sociologia pragmática na França. Oriundo da sociologia da quantificação e da categorização na esteira de Pierre Bourdieu, cunhou o conceito de “formas de investimento”. Em colaboração com Luc Boltanski, elaborou em *De la justification* um quadro rigoroso, o chamado “modelo das cités”, para a análise de momentos críticos e de disputas em público. Em seguida, desenvolveu sua própria teoria da ação em outro quadro conceitual que articula diferentes regimes de engajamento (justificação, plano, proximidade), ilustrado por pesquisas empíricas realizadas na França, nos Estados Unidos, na Rússia e também no Brasil. Na entrevista, editada numa autobiografia intelectual, Thévenot reconstrói seu próprio itinerário, de Bourdieu a Desrosières e Boltanski até suas pesquisas atuais sobre os lugares-comuns, dando atenção especial ao seu diálogo com colaboradores brasileiros. A entrevista é precedida de uma apresentação de sua obra pelos organizadores do dossiê.

THE HUMAN BEING PLACED BACK INTO ACTION: A CONVERSATION WITH LAURENT THÉVENOT

Keywords

Laurent Thévenot;
French pragmatic sociology;
Economy of conventions;
Regimes of engagement.

Abstract

Laurent Thévenot is one of the main figures of pragmatic sociology in France. Coming from the sociology of quantification and categorisation that takes its cues from Pierre Bourdieu, he coined the concept of “forms of investment”. Together with Luc Boltanski, in *De la justification* he worked out a rigorous framework, known as the “model of the cités”, to analyse critical public moments and disputes. Then, he developed his own theory of action in another conceptual framework that articulates various regimes of engagement (justification, the plan, proximity), exemplified by empirical research in France, the US, Russia, and Brazil. In this interview, edited as an extended autobiography, Thévenot reconstructs his own trajectory from Bourdieu via Desrosières and Boltanski to his current research on common-places, focusing on his dialogue with Brazilian collaborators. The interview is preceded by a presentation of his lifework by the editors of this dossier.

Frédéric Vandenberghe é professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde também dirige o Laboratório de Teoria Social Sociofilo. É coeditor da nova revista *MAUSS International*. É pesquisador do CNPq e Cientista de nosso estado pela FAPERJ. Recentemente, ele publicou (com Alain Caillé) *Por uma nova sociologia clássica: Re-unindo teoria social, filosofia moral e os estudos* (2021) e *Teoria social reconstrutiva. Vol. 1: A sociologia como filosofia moral* (2024) e vol. 2: *Hermenêutica de si e dos outros* (2026).

Alexandre Werneck é professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da UFRJ, coordenador geral do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (Necvu) da UFRJ, grupo integrante do INCT Violência, Poder e Segurança Pública do CNPq, e líder do diretório de pesquisa Necvu do CNPq. É ainda editor do blog *Dilemas: Reflexões*, de *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. É pesquisador de produtividade C do CNPq. É doutor pelo PPGSA/UFRJ e autor de *A desculpa: As circunstâncias e a moral das relações sociais* (2012).

Fonte de financiamento: Nenhum.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Contribuição dos Autores: Frédéric Vandenberghe é responsável pela escrita da introdução e da formulação das perguntas. Alexandre Werneck é responsável pela escrita da introdução e da formulação das perguntas. Laurent Thévenot é responsável pela formulação das respostas.

Aprovação do Comitê de Ética: Não se aplica.

Disponibilidade de Dados: Os dados estão disponíveis no corpo do artigo.

Editor Responsável: Andre Bittencourt (UFRJ, Brasil).

Recebida em 20/02/2026 | Aprovada em 02/03/2026